

O CATADOR DE PAPEL E O MUNDO DO TRABALHO

Jorge Vicente Muñoz (org.)

Nova _____
Pesquisa e Assessoria em Educação

Cadernos de Educação Popular nº 25

O catador de papel e o mundo do trabalho

JORGE VICENTE MUÑOZ (ORG.)

DANIEL T. RECH

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS

JOSÉ LUIZ QUADROS DE MAGALHÃES

NEISE DELUIZ

MARIA CECILIA LOSCHIAVO DOS SANTOS

MÚCIO TOSTA GONÇALVES

PIERRE SANCHIS

Revisão: Maria José de Sant'Anna

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Miriam Lerner

Capa: M. Clara Moraes

Copyright © 2000, NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação

Rua Barão do Flamengo, 22/803

22220-080 – Rio de Janeiro – RJ

Brasil

Tel: 55 21 225-7578

Telefax: 55 21 205-6219

E-mail: novapesquisa@ax.apc.org

ISBN 85-86706-03-5



9 788586 706035

ISBN- Catálogo na Fonte do
Departamento Nacional do Livro

Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua (1999.: Belo Horizonte, MG)
O catador de papel e o mundo do trabalho/Fórum Nacional de Estudos sobre
População de Rua e I Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material
Recaproveitável. Jorge Vicente Muñoz (org.). Rio de Janeiro: Nova, 2000.
— p.: 16x23cm. (Cadernos de Educação Popular; 25)

ISBN 85-86706-03-5

1. Catadores de lixo. Brasil. Congressos. 2. Marginalidade social. Brasil.
Congressos. 3. Brasil. Condições sociais. I Encontro Nacional de Catadores de
Papel e Material Recaproveitável (1.: 1999: Belo Horizonte, MG). II. Nova
Pesquisa e Assessoria em Educação. III. Título.

CDD-331.7980981

O conjunto de trabalhos da NOVA é apoiado atualmente por:

DÉVELOPPEMENT E PAIX (Canadá)

EZE (Alemanha)

NOVIB (Holanda)

UNIÃO EUROPÉIA

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 7

INTRODUÇÃO 9

O CATADOR DE PAPEL E O MUNDO DO TRABALHO

PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA 13

Neise Deluiz

OS CATADORES DE PAPEL NO MUNDO DO TRABALHO 24

Pierre Sanchis

VIVENDO DAS SOBRAS:

A CULTURA DO DESEMPREGO E O CATADOR DE PAPEL 37

Maria Cecília Loschiavo dos Santos

“CRIANÇA NO LIXO NUNCA MAIS” 48

Heliana Kátia Tavares Campos

MERCADO E SOLIDARIEDADE:

REFLEXÕES PRÉVIAS PARA ENTENDER O LUGAR DOS

“TRABALHADORES DE RUA” NA SOCIEDADE 51

Múcio Tosta Gonçalves

NOVO MODELO DE GESTÃO:

COOPERATIVISMO ALTERNATIVO 63

Daniel T. Rech

DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO SOCIAL

(A EXCLUSÃO E O ESTADO CONSTITUCIONAL) 72

José Luiz Quadros de Magalhães

APRESENTAÇÃO

A NOVA teve seus primeiros contatos com o complexo mundo da população adulta de rua, em outubro de 1982. O compromisso seguiu aos contatos: criou uma área específica de pesquisa e estudo; a de migrantes e população adulta de rua.

Em consonância com sua missão – que visa à elaboração de um conhecimento crítico-propositivo – tem contribuído, através de diversas publicações, na reflexão e conhecimento daquele complexo universo.

Na publicação dos Cadernos de Educação Popular Nº 19 “Porque a vida... Viver é um compromisso”, chamava-se a atenção para o fato de ter surgido, ligada aos trabalhos com moradores/as de rua, uma cooperativa de catadores de papelão, a Coopamare. Assim como ela, outras associações e/ou cooperativas foram sendo criadas em diversas regiões do país.

Neste Nº 25 dos Cadernos de Educação Popular, assume a responsabilidade de trazer ao conhecimento dos seus leitores as exposições apresentadas por diversos/as especialistas – por ocasião do tema “O Catador e o Mundo do Trabalho” – no I Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Rea-

* Realização: Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua; Pastoral de Rua/Arquidiocese - BH; Cáritas Regional - MG; Organização de Auxílio Fraternal - OAF-SP; Associação Minha Rua, Minha Casa - SP; NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação - RJ; Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social - Angra dos Reis-RJ; Casa das Mangueiras - Ribeirão Preto-SP.

proveitável* efetuado nos dias 20, 21 e 22-09-99, em Belo Horizonte.

Dadas a centralidade da questão do trabalho no mundo contemporâneo e a qualidade do material produzido, a NOVA, que tem atuação específica neste campo e convergência com os objetivos do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, do qual faz parte, considerou pertinente e significativa a publicação de parte das discussões deste seminário.

INTRODUÇÃO

FÓRUM NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE POPULAÇÃO DE RUA E O I ENCONTRO NACIONAL DE CATADORES DE PAPEL E MATERIAL REAPROVEITÁVEL

O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua nasceu de discussões lideradas pelas irmãs Oblatas de São Bento, sobre os/as moradores/as de rua.

A realização do I Seminário Nacional sobre População de Rua, em 1992, reuniu, em São Paulo, o poder público, ongs e estudiosos do fenômeno da população de rua, levando à consolidação do Fórum.

Com o agravamento da crise socioeconômica que favoreceu o aumento do desemprego e a deterioração das relações de trabalho, nos anos 90, aumentaram os desafios para o trabalho com a população de rua. Dentro desse quadro, firmou-se a necessidade de promover reflexões coletivas sobre a conjuntura e a multiplicação de experiências de reinclusão social bem-sucedidas.

Em 95, o Fórum volta a puxar um amplo debate, desta vez em Belo Horizonte, durante o II Seminário Nacional sobre População de Rua.

Já em 1999, de 20 a 22 de setembro, a capital mineira volta a ser palco para o debate sobre os desafios que vêm das ruas, recebendo mais de 300 pessoas para o

I Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, Ongs, Poder Público e Setor Privado.

Promovido pelo Fórum, o evento possibilitou debates, envolvendo um “time” de multiprofissionais de diversas instituições do país. Na pauta do evento estava a análise antropológica, sociológica, urbanístico-ambiental, jurídica e administrativa das parcerias e empreendimentos comunitários envolvendo a reciclagem.

Nesse encontro, foram apresentadas duas experiências vitoriosas envolvendo catadores de papel de Minas Gerais (Asmare) e São Paulo (Coopamare). Além de discutir o modelo de gestão de resíduos sob a ótica do catador de papel, do empresário e do poder público, o encontro propiciou o intercâmbio entre crianças e adolescentes com passagens por “lixões” ou projetos de reciclagem. O evento, promovido em parceria com o Fundo das Nações Unidas Para a Infância e Adolescência (Unicef) favoreceu a vivência lúdica, através de oficinas educativas.

Depois de três dias de debate intenso, os catadores formaram a Frente Nacional dos Catadores de Papel, conquista significativamente estratégica perante o desafio de dar visibilidade social à problemática, envolvendo o trabalho nas ruas.

É com o intuito de apontar certas cootdenadas para a discussão da prática produtiva dos catadores e sua inserção no atual mundo do ttabalho, que o Fórum julga oportuno publicar os trabalhos apresentados neste

I Encontro Nacional em torno do tema “O Catador e o Mundo do Trabalho”. Trata-se de sete textos que ora levantam questões, ora apontam caminhos para uma categoria de profissionais em busca de seu espaço socio-político.

O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua prepara, atualmente, o Projeto Nacional de Mobilização dos Catadores de Papel visando articular o Movimento Nacional da categoria, favorecer sua organização política, econômica e social, e definir parcerias e políticas públicas.

O CATADOR DE PAPEL E O MUNDO DO TRABALHO

PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Neise Deluiz¹

As últimas duas décadas têm presenciado mudanças no contexto econômico, político, social e cultural da sociedade contemporânea. As transformações no mundo da produção e do trabalho que hoje vivenciamos decorrem, em grande parte, da crise que assolou o sistema capitalista no final da década de 60, e que revelou o esgotamento do padrão de acumulação estruturado sob as formas tayloristas-fordistas² de produção industrial. A crise do petróleo nos anos 70 e as mudanças no mercado consumidor de bens e serviços – com demandas cada vez mais exigentes, insatáveis e segmentadas – acarretaram a substituição da produção fordista de massa por uma organização da produção flexível de bens e serviços altamente diferenciados.

A busca por estes mercados consumidores acirrou a competição intercapitalista, fazendo com que as empresas adotassem estratégias de diminuição de custos, de aumento de produtividade e de melhoria da qualidade de seus produtos. Nesta busca desenfreada por novos mercados, o uso intensivo de tecnologias passou a ter um papel relevante, já que estas permitem o surgimento de novos processos e produtos, melhorando a qualidade e a rapidez da produção de bens e serviços.

1 Doutora em Educação.

2 Este padrão de organização industrial baseava-se na produção em massa de produtos padronizados e em um modelo de gestão da mão-de-obra ancorado na extrema divisão do trabalho e na fragmentação do saber, decorrentes do parcelamento das tarefas e da separação entre concepção e execução.

Nos anos 90, as mudanças na dinâmica do capitalismo internacional aprofundam-se e expandem-se. A economia mundial se interliga e se articula cada vez mais e a este fenômeno chamamos de globalização econômica. Este decorre não só da necessidade de conquista premente e incessante de novos mercados, mas da circulação rápida de novos bens materiais e imateriais. O intenso e rápido fluxo de capitais, produtos e serviços, viabilizado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da rapidez dos transportes, consolida a internacionalização da economia e a crescente integração dos mercados nacionais.

A atual fase de expansão do capitalismo contemporâneo vem se caracterizando, portanto, por uma nova divisão transnacional do trabalho. Para enfrentar os padrões de competição definidos pelos centros econômicos hegemônicos verifica-se a tendência à formação de blocos regionais para o intercâmbio comercial e industrial, a fusão de empresas que formam grandes conglomerados, e o deslocamento das plantas industriais e de empresas de serviços para distintas regiões do mundo, em busca de maiores lucros, de menores custos de instalação, e de mão-de-obra barata e pouco organizada.

A globalização econômica e financeira intensifica, pois, a concorrência entre as empresas que buscam maior produtividade, agilidade e qualidade de seus produtos e serviços. Para tal, investem em novas tecnologias de base microeletrônica e adotam novas concepções organizacionais. Estas estratégias de administração e de gestão da força de trabalho incluem a integração dos processos produtivos; a flexibilização não só de produtos e de processos, mas do traba-

lho; a descentralização da produção, através da qual a empresa matriz/cliente – a “empresa-mãe” – estabelece ampla rede de fornecedores subcontratados, terceirizando atividades e enxugando as estruturas de operação, para diminuir custos.

O avanço do processo de globalização – que transcende os fenômenos meramente econômicos, invadindo as dimensões políticas, sociais e culturais – torna-se possível a partir da adoção em escala internacional de um ideário neoliberal, constituído por um conjunto de reformas nos planos político, econômico, jurídico, social e educacional, com o propósito de enfrentar a crise do capitalismo intensificada a partir dos anos 70, e assegurar a integração das nações na nova ordem internacional definida pelos países centrais.

As propostas neoliberais têm seu fundamento na liberdade econômica e no mercado como princípio auto-regulador das sociedades. Para superar a crise econômica e propiciar a expansão e o desenvolvimento pleno do capitalismo é preciso evitar que o Estado interfira na economia e na vitalidade da concorrência empresarial.³ Como consequência da adoção dessas políticas, constata-se mudanças com relação ao tamanho e às atribuições do Estado, a desregulamentação das economias nacionais, as privatizações, o desmonte das políticas de previdência e seguridade sociais, e a desobrigação paulatina do Estado em áreas tradicionalmente de sua competência, como a saúde e a educação.

As consequências sociais desse modelo são visíveis: o desemprego estrutural, a reestruturação do mercado de trabalho, novas formas de organização do trabalho, a flexibi-

3 Deluiz, Neise. “É possível uma formação que atenda aos interesses dos trabalhadores?”

Tempo e Presença, ano 19, n. 293, maio/jun., 1997.

4 Deluiz, Neise.
"A globalização
econômica e os desafios à
formação profissional."
Boletim Técnico do
Senac, 22(2), maio/ago.,
1996.

5 Ianni, Otavio. *A era do
globalismo*. Rio:
Civilização
Brasileira, 1996.

6 Dowbor, Ladislau.
*A reprodução social:
propostas para uma gestão
descentralizada*,
Petrópolis: Vozes, 1998.

lidade e a desregulamentação do trabalho, a terceirização das atividades, o crescimento dos empregos precários, a exclusão de amplos contingentes de trabalhadores do mercado formal e o empobrecimento da população em geral.

A segmentação da força de trabalho que decorre desses processos se dá em um contexto de dificuldades de organização e sindicalização dos trabalhadores e de desmobilização de movimentos sociais reivindicatórios (Deluiz, 1996).⁴ A globalização econômica correlaciona-se à globalização do mundo do trabalho e da questão social (Ianni, 1996).⁵

A internacionalização da economia, a competição entre as empresas, o uso intensivo das inovações tecnológicas, a redução dos postos de trabalho, o desemprego estrutural, o aumento da exclusão social, o agravamento das diferenças sociais entre os países ricos e pobres, e entre os ricos e os pobres dentro de um mesmo país, e a devastação do meio ambiente pelo uso predatório das tecnologias são faces da mesma moeda. Trata-se da opção por um modelo de desenvolvimento pautado exclusivamente pela ótica econômica, sem preocupação com o indivíduo ou com as comunidades e sociedades. Segundo Dowbor (1998),⁶ tornou-se cada vez mais difícil identificar o bem-estar humano com o bem-estar da economia.

OS CATADORES DE PAPEL E O MUNDO DO TRABALHO

No Brasil, o contexto de transformações no mundo da produção trouxe, igualmente, mudanças no mercado de trabalho e no perfil do emprego. O desemprego, que era um

fenômeno quase sempre conjuntural, veio para ficar, tornou-se estrutural, isto é, faz parte do modelo econômico neoliberal adorado, inserido na economia globalizada.

O impacto da abertura comercial; as estratégias de racionalização de custos adotadas pelas empresas associadas ao uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra; o baixo nível de crescimento econômico; e o aumento da população economicamente ativa, superior ao volume de postos de trabalho criados anualmente na economia têm contribuído para o crescente desemprego.

Nos anos 90, a desestruturação do mercado de trabalho evidenciou-se não só pelas altas taxas de desemprego, mas pela ampliação das ocupações não assalariadas, em geral precárias e de baixa produtividade (Pochmann, 1998).⁷ Entre 1989 e 1998, o país perdeu em torno de 3 milhões de empregos formais e o desemprego aberto passou de 3,35% para 7,60%. Aumentou a massa de trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria, chegando a 47,5% da população ocupada. Os trabalhadores mais atingidos pelo desemprego têm sido aqueles com menores chances de competir por uma vaga no mercado de trabalho: os que possuem baixa escolaridade e precária qualificação profissional, os mais jovens, as mulheres, os negros, os idosos e os deficientes físicos.

Como consequência do quadro de crise interna aumenta a concentração de renda e caem os indicadores de qualidade das condições de trabalho, de saúde e educação. Segundo o DIEESE,⁸ havia, em 1993, 9.550.702 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no mercado de trabalho no país, e, apesar da proibição do trabalho infantil a menores

7 Pochmann, Marcio.
As mudanças no padrão
de inserção ocupacional
e as alternativas de
políticas de emprego
para jovens no Brasil dos
anos 90. Campinas, SP,
1998
(mimeo, 1ª versão).

8 DIEESE. Anuário dos
trabalhadores (1996-
1997), São Paulo: 1996.

9 Singer, Paul.
"Economia Solidária:
Geração de Renda e
Alternativa ao
Liberalismo". Revista
Proposta 72,
março/maio, 1997, p.10.

de 16 anos de idade, havia, em 1995, 3.599.747 crianças, de 10 a 14 anos, trabalhando ou procurando emprego. Em 1995, 15,6% da população de mais de 15 anos era analfabeta e grande parte dos trabalhadores brasileiros possuía até a 4ª série do 1º grau.

A precariedade das políticas sociais voltadas para o bem-estar da população tem impossibilitado o acesso aos bens e serviços produzidos na sociedade e revela a opção por um modelo de desenvolvimento econômico-social excludente e antidemocrático.

Dentro deste contexto, quais seriam as possíveis alternativas para a participação dos segmentos excluídos no mundo do trabalho e da cidadania, entre os quais se incluem os catadores de papel? Algumas iniciativas e movimentos populares nos países periféricos têm tentado romper o dilema da exclusão social reinventando processos locais e conhecimentos tradicionais para a satisfação das necessidades, transformando-os e adaptando-os às novas necessidades, relegitimando solidariedades e incentivando a organização dos grupos, com o objetivo de criar espaços de autonomia onde seja possível pensar formas de transformação social alternativas às do consumismo capitalista, calcado na desigualdade social, no desperdício e na destruição do meio ambiente.

No Brasil, uma destas propostas é a da "economia popular" ou "economia solidária". "A idéia básica é, mediante a solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos, assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento à orientação técnica, legal, contábil etc." (Singer 1997).⁹

Dentro desta perspectiva estão as cooperativas e as empresas que faliram e passaram a ser geridas e controladas pelos trabalhadores. A construção de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular pretende recuperar a solidariedade na esfera da produção de bens e serviços, do comércio e financeira, além da esfera do consumo. A idéia é a de incluir não apenas os trabalhadores, mas suas famílias como comunidades humanas.

Atualmente, "grupos de produção, associações e cooperativas de trabalhadores estão se multiplicando nas regiões rurais deprimidas, mas também nas megalópoles afligidas pela explosão da informalização e da terceirização do trabalho" (Arruda, 1997).¹⁰ Desta forma, em um quadro de desemprego, precarização do emprego e informalização das relações de trabalho, a cooperativa surge como alternativa de inserção dos excluídos no mundo do trabalho tendo em vista a geração de trabalho e de renda.

No campo das cooperativas populares organizou-se no país uma Rede de Universidades que vem desenvolvendo atividades de "incubagem" ou de proteção destas cooperativas, trabalhando com grupos que buscam, coletivamente, formas de trabalho e renda, requalificando e formando pessoas em gestão, prestando assistência técnica e legal, desenvolvendo o intercâmbio de experiências e a elaboração de metodologias capazes de responder ao desafio que hoje se coloca: inserir economicamente setores excluídos socialmente e resgatar a sua cidadania.

O projeto de intervenção econômica e geração de trabalho e renda como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares parte do pressuposto de que há neces-

10 Arruda, Marcos.
"Globalização e
Sociedade Civil:
Repensando o
Cooperativismo no
Contexto da Cidadania
Ativa". Revista Proposta
72, março/maio, 1997,
p.15.

cidade do desenvolvimento de um ambiente de abrigo e resguardo em âmbito acadêmico para as atividades práticas das cooperativas construídas a partir da efetiva interação com a população interessada em se inserir nessa forma de organização para o trabalho. Tendo como matriz a experiência pioneira desenvolvida na COPPE/UFRJ, hoje, treze Universidades já possuem Incubadoras de Cooperativas.

Estas experiências demonstram a importância de se promover a auto-organização e a autogestão dos grupos e das comunidades em torno de projetos próprios de desenvolvimento que respeitando o meio ambiente, democratizando a participação, enfatizando a solidariedade e resgatando e os direitos e deveres da plena cidadania restituem a cada um dos sujeitos a condição de atores sociais, reconstruindo sua identidade individual e coletiva.

As associações e cooperativas que vêm sendo organizadas pelos catadores de papel nos últimos anos no Brasil constituem-se como exemplos de iniciativas que propiciam a criação de novas alternativas de trabalho e, ao mesmo tempo, o fortalecimento de valores como a autonomia, a solidariedade, a cooperação, a auto-estima e a organização destes trabalhadores.

AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E AS NOVAS EXIGÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES

Como consequência das mudanças nas formas de produção e organização do trabalho, resultantes da introdução das novas tecnologias de base microeletrônica e das novas

concepções gerenciais, mudam a natureza e os processos de trabalho. Nos setores de ponta da indústria e dos serviços, o trabalho torna-se mais intelectualizado, complexo, autônomo e coletivo. (Schwartz apud Alaluf, 1995).¹¹ Novas exigências são demandadas aos trabalhadores: capacidade de analisar as situações emergenciais que surgem no ambiente de trabalho, de diagnosticar problemas, de apontar soluções, de trabalhar em grupo, de comunicar-se com os colegas de equipe, de saber organizar seu próprio trabalho, de ter iniciativa, responsabilidade, abertura às mudanças, entre outras.

No núcleo hegemônico da economia – a produção industrial – o trabalho humano se revalorizou e tornou-se elemento fundamental para a produtividade e a competitividade das empresas. Entretanto, como a outra face de uma mesma moeda, interessa aos demais trabalhadores desenvolver habilidades, capacidades e competências que lhes permitam enfrentar a adversidade do mundo do trabalho e as ameaças de exclusão social. Estas competências relacionam-se a uma dimensão profissional e a uma dimensão de cidadania.

Parte-se do pressuposto que é fundamental ampliar a qualificação dos trabalhadores tanto na dimensão operativa quanto nas esferas da comunicação, de inter-relações pessoais e ético-políticas. Trata-se de pensar uma capacitação que articule a dimensão profissional (que abrange as capacidades intelectuais e técnicas, as habilidades de organização, de comunicação, sociais e atitudinais) com a dimensão da cidadania (Deluiz, 1995),¹² para que os indivíduos possam superar a exclusão e participar da sociedade

11 Alaluf, Mateo. Le travail ne suffit pas à qualifier l'ouvrier. In: Pierre Cours-Salies (Coord) La liberté du travail. Paris: Éditions Syllepse, 1995.

12 Deluiz, Neise. Formação do trabalhador: produtividade e cidadania. Rio: Shape, 1995.

como sujeitos integrais diante dos novos requerimentos do mundo do trabalho.

A **dimensão profissional** abrange diferentes saberes, conhecimentos e habilidades, constituindo as **competências intelectuais e técnicas** (a capacidade de reconhecer, definir problemas, equacionar soluções e introduzir mudanças no processo de trabalho; de transferir e generalizar conhecimentos; de aprender a aprender).

Além destas, torna-se necessário desenvolver as **competências organizacionais / metódicas ou de gestão** (a capacidade de autoplanejar-se, auto-organizar-se, de estabelecer métodos próprios, de gerenciar seu tempo e espaço de trabalho), e as **competências sociocomunicativas** (a capacidade de expressão e comunicação com seu grupo, de cooperação, de trabalho em equipe, de diálogo e de exercício da negociação).

Por fim, as **competências sociais** (a capacidade de transferir conhecimentos da vida quotidiana para o ambiente de trabalho e vice-versa) e as **competências subjetivas** (que implicam no envolvimento da subjetividade do indivíduo na organização do trabalho, tais como a iniciativa, a autoconfiança, a co-responsabilidade, o respeito mútuo, a criatividade, a vontade de aprender, a motivação, e a consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho) (Deluiz, 1995).

Entretanto, se esses saberes, capacidades e habilidades são necessários aos trabalhadores, não são suficientes quando se tem como perspectiva a expansão das potencialidades humanas e o processo de emancipação individual e coletivo. No processo de construção destas capacidades e habili-

dades é preciso, pois, propiciar uma formação que permita aos trabalhadores agir como cidadãos produtores de bens e de serviços e como atores na sociedade civil, atendendo a critérios de equidade e democratização sociais.

Neste sentido, ao conjunto das capacidades profissionais somam-se as **competências políticas**, que permitiriam aos indivíduos refletir e atuar criticamente no mundo do trabalho (compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva, seus direitos e deveres como trabalhador e sua necessidade de participação), assim como na **esfera pública**, organizando-se e constituindo-se como atores sociais dotados de interesses próprios que se tornam interlocutores legítimos e reconhecidos.

No atual contexto de globalização econômica, de mudanças no mundo da produção e do trabalho, em que o desemprego estrutural, a precarização do emprego e crescimento da informalidade ampliou o contingente de excluídos da economia e do saber, cumpre promover a solidariedade, a organização e a participação dos segmentos desfavorecidos na sociedade, para que se constituam como sujeitos, resgatando, assim, a dimensão política: a construção da sua identidade social como trabalhadores, e a integração plena na cidadania.

OS CATADORES DE PAPEL NO MUNDO DO TRABALHO

Pierre Sanchis¹

¹ Doutor em Antropologia.

Não tentarei justificar a minha presença aqui, pois eu mesmo não estou convencido de que seja justificada. Mas o fato é que recebi um convite insistente e amigo para tentar dizer algo sobre este assunto. *Os catadores de papel no mundo do trabalho*, do ponto de vista da antropologia. Tentarei. Limitando-me a apontar, a partir de uma observação embrionária e à luz do atual questionamento da teoria, algumas pistas de reflexão e problemas para discussão. Reflexão e discussão destinadas a serem operadas por vocês, mais informados e mais competentes do que eu para levá-las a termo com proveito.

Como horizonte geral, começarei dizendo que o caso de nossos catadores de papel, mais explicitamente o caso da Asmare, parece-me concentrar alguns dos paradoxos próprios à problemática do trabalho no mundo contemporâneo, especificamente nos países do Terceiro Mundo. Neste sentido, sua importância vem do caráter paradigmático das contradições necessariamente envolvidas nesta problemática.

Um caso de **economia** informal (submersa), sem dúvida, mas “naturalmente” destinado, pela visibilidade urbana de sua operação, a não ficar discretamente escondido, mas a emergir enfaticamente na superfície do campo social.

Uma importância que não vem do tamanho nem dos números, mas do caráter exemplar de um empreendimento que consegue juntar a dimensão **alternativa** ao caráter quase **oficial**; certa **ilegalidade** de situações trabalhistas ao assentimento e apoio ativo do poder **público**; um caráter **informal** a uma sofisticada **organização** (“auto-organização”); uma construção eminentemente vulnerável e em constante **inacabamento** à consciência de se afirmar com uma obra **que dá certo**, ao mesmo tempo caminho para uns e repouso, “casa”, para outros; uma presença **intersticial** na sociedade, mas que consegue aparecer como **estrutural**, pois diz respeito a um problema essencial ao funcionamento da sociedade urbana (o lixo) e da sociedade moderna em geral (a reciclagem dos recursos gastos e a ecologia); a expressão de uma **categoria socioprofissional** (“catadores de papel”) conforme o modelo clássico de uma sociologia do trabalho à presença forte e estruturante de dimensões de outra natureza e de relações sociais definidas em perspectivas de **ética comunitária** e de solidariedade.

Todas estas características e outras parecem-me susceptíveis de uma análise a contrapelo das clássicas análises do trabalho vigentes no Primeiro Mundo, chamando a atenção sobre a ambivalência de uma situação que pode significar, sob as aparências de traços residuais pré-modernos – efetivamente perigosos se não forem devidamente controlados – (paternalismo, não-assalariamento sistemático, envolvimento emocional e valorativo em lugar de um firme quadro jurídico de direitos etc.), a presença de atitudes e princípios não só de resistência à modernidade, mas de ativa e criativa correção (prospectiva) daquilo que a modernidade implica

de menos humano. Ambigüidade, pois. Ou, melhor: ambivalência. E é por isso que falava em reflexão e discussão necessárias.

1 - O próprio trabalho.

Diz-se que a “civilização do trabalho” acabou. Entramos na pós-civilização do trabalho, cujo fator mais importante passou a ser a comunicação. Pelo contrário, o caso da Asmare evidencia a importância central do trabalho, não só no nível econômico – embora, mesmo neste nível, ele esteja implicado até ao ponto radical da “subsistência”; e são múltiplos os depoimentos neste sentido – mas, talvez sobretudo, no nível simbólico, que diz respeito diretamente à própria dignidade humana e, mais explicitamente, à cidadania, e que toma força na situação de desemprego e marginalização contemporânea.

Não se trata só do trabalho em si, mas de um trabalho assumido como identidade e reivindicado como elemento-chave de dignidade e de igualdade, porque implica capacidade de auto-organização.

Com efeito, trabalho já havia, mas “Era mais duro antes da associação”. “Era mais duro para trabalhar. A gente era massacrada” “Mudou tudo na minha vida...”

Mudou tudo...

Mudaram as condições do próprio trabalho: “Antes a gente ficava debaixo de chuva, esperando que abrisse o depósito pra poder pesar o papel; a renda que tinha ficava toda para o dono do depósito (...) A gente era mais explorada, no depósito. A Associação ajudou a gente a levantar, sabe.”

Por isso mesmo, mudou a auto-imagem: “A gente tem mais educação para conversar com as pessoas”. “A gente

agora sabe respeitar as pessoas. Antes não, a gente estava na rua aí mesmo, né, não dava importância por nada.”

Ao mesmo tempo, a frequência às aulas (“o curso”) sobre cooperativismo e sobre reciclagem, rito de passagem que inicia toda adesão de um ou uma sócio(a) à Associação, ajuda a inserir a “profissão” dentro de uma visão global do mundo, da sociedade, da relação entre sociedade e natureza: “No curso aprendi a não queimar o lixo, como faz o pessoal de minha rua. Tive que vir aqui para entender como é importante trabalhar aqui dentro, para ver como que é legal”.

Mas mudou também a imagem social, e com ela mudaram as relações sociais, desde as mais abrangentes até as mais quotidianas: “Anres, a população pensava que nós era marginal, que podia entrar na loja e roubar, porque catava papel e andava sujo. Hoje não.” Ou ainda: “Quando a gente era ‘catador’, era discriminado, tinham medo de nós, não era reconhecido como trabalhador. Agora que a gente formou Associação, que organizou, a gente adquiriu a nossa cidadania, né, a gente é reconhecido pelo poder público, pela população. As pessoas já chamam a gente para entrar em recinto particular pra pegar material, que antes não deixavam.” São comerciantes, são administradores de condomínios que reservam seu lixo (muitas vezes seu “melhor” lixo) a um ou uma determinado(a) catador(a) ou o oferecem à Associação. Isso não só no âmbito do trabalho, mas também fora dele: “Tinha lanchonete que a gente chegava para tomar um lanche e serviam a gente na porta, não deixavam a gente entrar. Agora do jeito que estou trabalhando aqui, a gente atravessa a rua e se senta em qualquer lanchonete daquelas grã-finas que estão aí, almoça no meio dos grã-finos. Anti-

gamente não tinha isso. Depois que a gente ficou organizado, que a gente fundou a Asmare, a gente requereu o seu respeito à cidadania de cada um.” Grão-finos, aliás, mas também lixeiros. Entre processadores dos resíduos sociais, doravante tratam-se de “parceiros” e estabelece-se certa divisão do trabalho que favorece um ganho maior.

E mudou a própria sociedade através desta mudança do seu olhar sobre esses trabalhadores transfigurados: “A população tem mais educação para conversar com a gente.” Porque não se trata simplesmente de relações pessoais (“É porque as pessoas conhecem a senhora?” “Não!”) [Aconteceu alguma coisa] na cidade. Foi um avanço, um crescimento muito grande.”

Avanço progressivo e conquistado a duras penas: Os depoimentos sobre intervenções brutais da polícia contra estes trabalhadores, quando ainda não organizados – ou no período inicial de sua organização – se multiplicam. Por isso a carteirinha de Sócio da Asmare é tão preciosa! “Tem valor para a polícia.” E por isso também existem casos em que uma oferta de emprego formal como funcionário da Associação, com salário fixo, direitos trabalhistas e assistência médica é recusada, porque implicaria deixar de ser sócio e perder a famosa carteirinha-símbolo.

Finalmente, através da repercussão social atingida pelo êxito deste caso de organização do trabalho, é a própria categoria de “catador de papel” que adquiriu dignidade nova, ao termo de uma dupla e mútua educação: “A gente andava suja. Hoje não, a gente é reconhecida pela população, não é?, todo o mundo vem aqui, trata a gente muito bem. A gente recebe muito bem as pessoas. Hoje mudou demais.

A gente aprendeu a falar mais um pouco, né? Não sabia conversar com os outros. Ficava naquela brutalidade... esperando que diria alguma coisa com a gente, né? Hoje não, a gente é mais organizadinho, direitinho. E há o estudo também.” (aulas de “alfabetismo” e de reforço para as crianças).

2 - O modelo da inserção deste trabalhador no processo de trabalho é por um lado um modelo antigo (conforme a aspiração do mineiro tradicional a ser seu próprio patrão), anterior à imagem padronizada do assalariamento universal como marca da situação do trabalho na modernidade, por outro lado um modelo criativo, apontando para uma rica articulação de situações variadas, indefinidas entre o assalariamento puro e a empreitada autônoma. Os catadores exercentos à Associação podem entregar-lhe sua coleta. Que lhes é comprada, sem mais. Os sócios da triagem são remunerados conforme o peso global do material por eles processado; pelo contrário, os sócios catadores que vão à rua, depois de ter efetuado eles mesmos a triagem de sua coleta, são remunerados a preços diferenciados segundo a especificidade do material recolhido: papel branco, papelão, jornais, revistas, latinhas, plásticos. Todos os sócios, no fim do ano, recebem participação proporcional à sua produção, ao produto financeiro das vendas efetuadas pela Associação. Enfim, os funcionários que ocupam postos de responsabilidade administrativa ou organizacional, pagos com o dinheiro do convênio mantido com a Prefeitura são eles, assalariados, mas “empregados” da Associação, quer dizer, dos próprios catadores de papel.

Dois comentários:

Este sistema – que não se reduz nem ao assalariamento nem à simples autonomia do trabalhador – permite uma fle-

xibilidade no uso do tempo: “É bom que a gente possa usar o tempo como queremos. Trabalhamos como se fosse... como é mesmo? empreitada.” E esta flexibilidade abre o campo para manifestações livres de solidariedade e ajuda mútua. Não só no sentido de permitir aos responsáveis eleitos (diretoria, membros das Comissões) de cumprir suas tarefas sem remuneração, mas abrindo também espaço para gestos gratuitos de ajuda: desde que minha cota esteja cumprida, posso dispor livremente de meu tempo. Por exemplo: para o curso de alfabetização ou para cuidar de minha família. Outra característica ambivalente, de um lado “pré-moderna”, do outro lado na linha de desejáveis transformações contemporâneas das modalidades do trabalho. A presença das crianças é característica neste ambiente de trabalho: para as aulas de reforço (entre oito e onze horas), e também para ajudar os seus pais (“Toda a família ajuda”). Vê-se como, nestas condições concretas e precisas, deve ser reconsiderado o problema do trabalho das crianças.

3 - A distribuição do poder. Elemento fundamental – e muitas vezes reduzido pelos observadores à sua organização formal – do processo de trabalho, este problema está ligado ao precedente. Quem diz organização autônoma do seu tempo aponta para um tipo de soberania. E possivelmente de autoridade sobre outrem. Já falamos da eventual recusa em aceitar a situação de funcionário, que representaria, no entanto, uma inserção formal no mercado de trabalho, com toda a segurança que esta situação comporta, porque ela implicaria a renúncia à posição de “Sócio”, em certo sentido “autônomo”. A imagem do “patrão” e a aspiração a sê-lo ronda aqui o mundo das representações: “É muito mais

importante ser sócio do que ser empregado... Ele não é bobo. Quem vai ser bobo de deixar de ser sócio para ser empregado?” E isto abre um feixe de relações de poder, coordenadas, relativizadas, invertidas.

Sete comissões são eleitas entre e pelos catadores para cuidar dos assuntos religiosos, de problemas estruturais, de divulgação, de saúde, das finanças, da cultura e educação, do meio ambiente. Cada Comissão designa um dos seus membros para integrar a Diretoria. O Coordenador geral é eleito entre os membros desta Diretoria. O espírito manifesto desta complexa distribuição do Poder transparece no próprio título deste “Coordenador”: “Será ele um Presidente?” “Não o consideramos como Presidente. Porque não trabalha sozinho. Além dele, são seis para discutir as coisas e as pôr em prática. Quando o processo é de coisas mais sérias, a gente organiza uma mini-assembléia e chama os 35. Ou então todos os associados para esta assembléia. Não fica só entre a coordenação central, não”.

Além disso expressa-se o desejo de compartilhar destas responsabilidades e destas tarefas: “A gente procura trabalhar muito unido. Até com o coordenador. (...) Um trabalho muito feito em comunidade. Nós sete tanto nós trabalha quanto nós incentiva os outros a participar do trabalho.” E tudo de graça: “Nosso trabalho é gratuito.” E por isso não pode dispensar das outras tarefas remuneradoras.

Vê-se assim o caráter radicalmente democrático desta organização do poder, mas também adivinham-se os problemas incluídos nela. Uma afirmação freqüentemente ouvida é a de que “as decisões são tomadas pelos catadores de

papel.” Para medir este caráter e estes problemas, deve-se pensar que estarão assim em pauta decisões que põem em jogo os interesses individuais e eventualmente conflitantes dos sócios. Por exemplo: no dia em que a Assembléia decidiu não mais distribuir, no fim do ano, a totalidade dos lucros, mas investir parte deles para formar um capital de giro, decisão que implicava que, durante os primeiros meses, alguns pelo menos sacrificassem parte de seus ganhos para iniciar a formação deste capital.

Por outro lado, a situação se complexifica ainda quando entram em jogo questões de análise mais difícil, que sugerem a reunião de um “Colegiado” com os parceiros (SLU, Sec. de Desenv. Social, Direitos H., Pastoral da rua, Caritas, Newton Paiva e poucos outros). Este Colegiado “toma as decisões”. Mas quem tem a autoridade final continua sendo o Diretório. E, neste processo complexo, pode-se, enfim, adivinhar o papel crucial do atual Administrador, por sua vez nomeado pela Pastoral.

Quando falam desta complexidade, as entrevistas são permeadas em vários sentidos pela “busca da autonomia”, a “luta para ficar independente”, a “transformação em cooperativa”, mas o convênio fundamental não deixa de ser com a Prefeitura, e o salário da administração (cujo papel é dito “só auxiliar os catadores de papel; aos pouquinhos eles vão assumir...”) é pago pela Diretoria, i.e. os próprios catadores.

Situação estrutural, intencionalidade expressa e prospectiva articulam-se num todo operacional que não deve ser sempre fácil de manusear.

Uma última relação de poder se insere, enfim, neste esquema. Ela tende a reintroduzir estruturalmente, nas engena-

gens democráticas, uma oposição análoga à oposição hierárquica clássica no mundo do trabalho (capital/força de trabalho): a distinção entre sócios e não-sócios. Um “patrão” “coletivo” poderia tender a instaurar-se frente aos “catadores de papel” que não pertencem à Associação.

4 - Salta à vista a originalidade desta construção; possivelmente também sua fragilidade. Contatos por demais superficiais e rápidos parecem indicar que se, apesar de sua vulnerabilidade, ela parece funcionar em larga medida, isto é devido, em boa parte, a um feixe de valores que penetra a vida da Associação desde sua sociogênese, valores compartilhados por todas as partes envolvidas, que poderiam sintetizar-se pela insistência na dimensão de “comunidade” (solidariedade, ajuda, participação, partilha e divisão, “não tem intriga” “um pro outro”) e recebem sua força da dimensão religiosa que os marca. A presença destes valores parece devida à influência construtiva e dinâmica da “parceira” que todos reconhecem ter estado na origem da Associação e que até hoje exerce profunda influência sobre ela: a Pastoral da rua.

“A Pastoral deu a maior força. Primeiro foi a Pastoral, depois a Caritas... para ajudar a gente.” “Começou muito com a Igreja...” “A formação que recebeu da Pastoral... Quem ficou na rua, na chuva e no sol agradece muito à pastoral, realmente...” “Gosto de viver em comunidade,” dizia uma sócia particularmente ativa. “Estou aqui ajudando a Asmare a crescer,” enquanto evocava, nas mesmas frases, a suas relações históricas com a Pastoral e episódios da ação concreta de alguns de seus membros.

Tal impregnação de uma instituição a propósito da qual se pode falar de uma clara “rotinização do catismo,” por valores

– e valores, embora universais, carregados de referências especificamente religiosas – entra no rol dos problemas que merecem reflexão.

Com efeito, a análise deve aqui frisar dois aspectos aparentemente contraditórios. O primeiro é a diferença entre Primeiro e Terceiro Mundo, que alguns dos estudos recentes sobre a “secularização” põem em evidência. No caso concreto das classes populares latino-Americanas, por exemplo, a dimensão religiosa continua integrando o sistema de resistência ativa a uma modernização e urbanização marginalizante. Mas o lado oposto do processo também é aqui perceptível: todo um nível – um entre outros, o nível administrativo – do funcionamento da organização, tende a se racionalizar e profissionalizar. Por enquanto, o processo de seleção dos profissionais envolvidos permitiu que se conservasse nesta situação a inspiração do carisma inicial. Mas, mesmo assim, uma evolução torna-se previsível. Pois a mesma sondagem superficial – devo novamente frisar que minhas sugestões não poderiam pretender ao estatuto de afirmações; são “sugestões”, precisamente destinadas a incentivar a reflexão – parece indicar que um processo de “secularização” (em sentido analógico) está efetivamente em curso. Com efeito, os depoimentos de membros de duas gerações, a dos (e das) pioneiro(a)s e veterano(a)s e a do(a)s mais recém-agregado(a)s à Sociedade, parecem ser espontaneamente marcados por um contraste: para os primeiros, é o valor simbólico do trabalho que é mais presente, para os segundos, o seu valor econômico; para os primeiros é a dimensão simbólica da mudança provocada na vida dos sócios pela sua adesão à Associação que é frisada, para os

segundos, é sua dimensão propriamente econômica. Outras diferenças ainda são marcantes: na memória dos mais antigos, está mais presente a Pastoral e os valores que promove, no discurso dos mais jovens ou recém-sócios a realidade da “concorrência”, apesar de ser dita “sem briga”, tende a ombrear-se com o valor de solidariedade. Pode-se lembrar, enfim, que a Comissão de religiosidade está composta exclusivamente de católicos, enquanto patecem mais diversificadas as religiões efetivas dos sócios.

Tal reflexão sobre valores, solidariedade, comunidade e até religião em relação ao mundo do trabalho, como a reflexão anterior sobre a presença ativa, no meio dele, da referência à família, evidenciam a peculiaridade deste segmento do “mundo do trabalho” que constitui a Asmare. Estamos longe do esquema friamente racional das relações de assalariamento cuja universalização constitui o horizonte habitual dos estudos sobre o trabalho no Primeiro Mundo. Basta citar outra afirmação, várias vezes ouvida, para confirmar esta inserção num universo menos esquemático e possivelmente mais complexo: “Esta (o galpão) é a minha casa. Não só minha como de todos os catadores.” “Aqui estou na minha casa (...) Chego às 7 da manhã e vou até às 19 hs...” Uma afirmação que ajuda a explicar o clima particular que reina nesta “casa”, clima aparentemente sem tensão e sem pressa, curiosamente aberto a momentos de convivialidade e de gratuidade. Aqui, não é possível separar rigidamente o espaço do “trabalho”, como lugar da produção, do locus do desenvolver da “vida” na sua frágil plenitude.

5 - Vários outros poderiam ser os indícios desta especificidade e exemplaridade do nosso caso, um caso “diferente”.

Finalizarei com um só, claramente paradoxal. Praticamente baseada num convênio estabelecido com a Prefeitura de Belo Horizonte, quer dizer, aprovada e sustentada pelo Poder Público, a Associação dos Catadores de Papel não pode ainda assegurar a seus membros o gozo dos direitos legais trabalhistas que estão na base da cidadania moderna. Assim é que estes trabalhadores "Autônomos" não têm nenhum acesso a sistemas de saúde, dependendo, para suas necessidades neste campo, de um recurso às parcerias amigas, que tentam resolver os casos através de relações pessoais. Paradoxos de uma situação paternalista alojada precisamente no cerne de uma instituição clara e profundamente orientada para a recuperação da cidadania e a promoção da autonomia.

Situação provavelmente provisória, mas característica. O problema do paternalismo que ela ilustra e que poderíamos ver se manifestar em outras formas é mais um dos problemas capazes, imagino, de levar a uma profunda reflexão prospectiva. Pois minha intenção não foi, é bom insistir, apontar defeitos ou suscitar críticas, mas bem analisar as condições de uma realidade bem específica, que integra o mundo do trabalho sem se confundir com as suas determinações mais convencionais no mundo moderno. É no interior desta realidade e a partir dela que a reflexão sobre aparentes impasses deve poder transformá-los em trampolins e ajudar a traçar caminhos.

Imagino que aí esteja a finalidade deste Seminário.

VIVENDO DAS SOBRAS A CULTURA DO DESEMPREGO E O CATADOR DE PAPEL

Maria Cecília Loschiavo dos Santos¹

*"(...) quem é esse peregrino que caminha sem parar?
(...) que transforma sal em mel (...) "*

Fernando Brant e Milton Nascimento

Nos anos 70, de Minas, veio a pergunta lancinante sobre o peregrino da democracia, Teotônio Vilella. Passados cerca de vinte anos, novamente de Minas, vem a pergunta pelos peregrinos do fim do milênio, que transformam os dejetos da sociedade de consumo na sobrevivência e na vida, os peregrinos, que criam uma cultura do desemprego, no coração das grandes cidades.

Hoje, assistimos a um fenômeno dramático que caracteriza o cenário das grandes metrópoles: uma concentração espacial e urbana da pobreza, da privação e do sofrimento humano, que vem assumindo proporções espantosas. O abandono e o desamparo deslocaram milhares de excluídos para as grandes cidades. O modelo atual de desenvolvimento concorre para a exclusão social, ele produz desemprego, endividamento. Trata-se de um processo perverso, que atinge individualmente pessoas, mas sobretudo faz parte de uma complexa lógica das relações econômicas, sociais, culturais e políticas do

¹ Doutora em Filosofia.

capitalismo global. É neste quadro que se insere a figura do catador de papel.

Quem é esse peregrino que caminha sem parar? Que cruza as cidades escavando os restos do que consumimos para sobreviver? O catador de papel criou um novo tipo de trabalho, e uma nova maneira de viver a cidade.

É nas regiões centrais das grandes cidades que o catador se torna mais visível. É nessas áreas que o encontramos, sob o sol intenso, veias à mostra, rosto suado, empurrando suas pesadas carroças. Há muitos deles que mantêm cavalos e os utilizam para tracionar as carroças. É nas regiões centrais que o catador tem acesso a este mercado da sombra e da sobra.

O que é o mercado da sombra? O catador de papel tornou-se mestre de seu próprio destino, tendo em vista o total estado de negligência ao qual está abandonado, o catador se insere nos mercados da economia informal, ou como tão bem conceituou o professor Snow, no "mercado da sombra" [*shadow market*].

Os centros são hoje o lugar do descarte, do dejetos, onde nossa cultura do desperdício e do descarte se torna mais evidente. A espacialidade / visibilidade da nova cultura produzida pela transformação dos dejetos se impõe até mesmo pela diferença visual que ela introduz na paisagem urbana e, mais do que nunca, é necessário reconhecer as diferenças, como disse o sociólogo francês Henri-Pierre Jeudy: "O desafio de uma sociedade democrática não é defender as identidades ameaçadas, mas fazer aceitar que a alteridade seja apreendida no coração mesmo da identidade." O reconhecimento desta diversidade cultural pode

ser um ponto fundamental para a formulação de uma política que implemente as chances de vida para esta população e que contribua para a progressiva resolução do problema, no caminho da sustentabilidade para o próximo século.

Nas regiões centrais das grandes cidades, é possível escavar do papel branco ou papelão ao alumínio e muitos outros materiais e produtos. Foi a partir desses restos, das sobras e do lixo que o catador montou suas estratégias de sobrevivência, que variam de momento a momento, de acordo com a disponibilidade dos produtos e materiais encontrados. Em geral, é nessas regiões, que estão situados os distritos financeiros, onde o bulício matutino de investidores e homens de negócio dá lugar, à noite, aos vazios da cidade, possibilitando ao catador-morador de rua utilizar-se desse ambiente tanto para a escavação das sobras, quanto para a construção e a montagem de frágeis estruturas para pernoite. No imaginário da metrópole, o catador é visto como um infrator, como alguém que quebra as regras tácitas de uso e comportamento no espaço público, atrapalha o trânsito etc. A contrapartida deste processo é que o catador vive em estado permanente de incerteza, indignação e conflito, sendo obrigado a caminhar pela cidade como nômade, movido por um enorme talento para viver.

A presença do catador alterou sensivelmente o cotidiano da vida urbana. Esse processo faz parte de uma situação de crise, como diz o professor Edward Soja, trata-se de uma transição de crise-geradora de reestruturação [*crisis-generated restructuring*], para uma reestruturação-geradora de crise [*restructuring-generated crisis*], processo que se evidencia na

2 Postmetropolis é um termo composto usado por Edward Soja para descrever: a) o novo processo de urbanização que reconfigurou a paisagem da cidade e a vida cotidiana urbana nos últimos 30 anos, b) as novas maneiras de análise urbana que foram desenvolvidas na emergência destas reestruturações metropolitanas e pós-modernização.

“Postmetropolis”,² cujo principal exemplo é a cidade de Los Angeles, onde também os catadores cruzam as grandes avenidas, empurrando seus cartinhos, num trabalho incansável e rotineiro. Mas a crise é permanente e o espaço público continuamente vem sendo ocupado e reinventado pelo catador de papel, como também pelo morador de rua. Ambos criaram novas funções para este espaço, considerando suas próprias necessidades.

A exposição pública da pobreza introduziu a experiência de um outro espaço, de uma nova maneira de habitar e usar a cidade. A característica mais importante da cultura da pobreza é o aspecto de alteridade que ela introduz em vista da cultura dominante, sobretudo o trabalho, o consumo, o tempo e o dinheiro. Essa cultura produz a “mestiçagem cultural”, usando expressão de Henri-Pierre Jeudy. A inserção da cultura do catador nesses espaços constitui-se em um indicador importante desta mestiçagem, signo da metamorfose das sociedades e das cidades pós-modernas. São espaços centrais, onde ao mesmo tempo emerge o desvio e a anomia. Como pensar este espaço que é ao mesmo tempo central e marginal?

Esta é uma questão fundamental para compreender as dinâmicas espaciais do catador de papel. O filósofo francês, Michel Foucault fornece elementos indispensáveis para pensarmos o espaço marginal. No célebre ensaio “Des Espaces Autres”, Foucault afirma que as ligações entre espaço, conhecimento, poder e política cultural devem ser vistas ao mesmo tempo como opressivas e possibilitadoras, não somente compostas pelos perigos autoritários, mas também pelas possibilidades para resistência. É dentro

deste contexto de resistência que gostaria de pensar a cultura do catador.

Explorando as implicações da cultura de resistência do catador de papel, verifica-se que ele desenvolve estratégias criativas de mediação com o espaço. O espaço público para o catador corresponde a uma prática e a uma cultura específicas, que se contrapõem ao espaço público, tal qual o vivenciamos. Na realidade, são dois universos culturais no mesmo espaço, o universo do catador e o universo do cidadão comum. A negociação entre esses espaços, entre as demandas de cada um de seus atores e seus valores se torna um processo difícil e complexo.

O assentamento e posse dos espaços públicos, ainda que para uma permanência transitória, acaba se transformando em objeto de negociação entre vários atores sociais diferentes. Muitas vezes, o catador é obrigado a seguir uma série de comportamentos codificados, típicos do espaço ocupado. A natureza do espaço público ocupado exerce um papel configurador da rotina diária do catador e também reconfigura a cidade.

O olhar público em relação à cultura do catador é variável, muitas vezes mobiliza sentimentos humanitários, outras vezes sentimentos de repulsa e de indignação. Há um preconceito ambiental vigente em relação aos moradores de rua e catadores de papel, que supersimplifica a complexidade dos conflitos de sua localização nos espaços centrais das grandes cidades e desconsidera a conexão dialética entre a construção espacial e as forças sociais e sobretudo desconhece a dignidade do trabalho que o catador desempenha. Ante este olhar de comiseração e piedade há a reação irritada do catador.

A escavação é uma prática significativa na rotina do catador. Escavar no meio urbano corresponde a uma lógica própria, a um conhecimento que decorre de observação constante e conhecimento cumulativo. O catador sabe onde e quando escavar e muitas vezes desenvolveu estratégias para driblar problemas que intercorrem ao longo da escavação. A escavação em bairros comerciais difere da escavação em bairros residenciais, ambas seguem certos princípios que variam em função do descarte da sociedade de consumo. Há espaços indeterminados, espaços sobrando que Jeudy chama de "territórios sem nome", que a cidade rejeita, negligencia e se tornam nichos para o catador de papel e para o morador de rua. Como, por exemplo, a ocupação dos canteiros centrais de avenidas, as áreas abaixo dos viadutos, pontes, onde frequentemente estacionam suas carroças. Vale também assinalar as diferenças relativas às ocupações sazonais, nas estações úmidas e secas, que propiciam a reutilização de diferentes materiais, em combinações diversas.

É necessário ampliar as discussões como esta, promovida pela ASMARE, para melhor conhecermos a realidade do catador e criarmos uma consciência democrática sobre o exercício profissional de suas atividades de escavação, nascidas da necessidade de criar estratégias diversificadas para sobreviver na rua. É necessário discutir as práticas urbanas do catador no âmbito da ecologia urbana, do urbanismo, da justiça socioambiental para aprimorarmos a vivência democrática de nossas cidades.

"CRIANÇA NO LIXO NUNCA MAIS!"

Heliana Kátia Tavares Campos¹

As sociedades industriais contemporâneas pressupõem a colocação no mercado de produtos cuja obsolescência é atingida em tempos cada vez mais curtos. Os avanços tecnológicos incorporados aos novos modelos são vendidos através de uma estrutura globalizada de marketing que tem como objetivo transformar supérfluos em necessidades básicas do consumidor.

As embalagens necessárias à proteção de produtos, que se movimentam em rotas intercontinentais, são necessariamente robustas e volumosas, também porque se constituem em estímulo de compra para consumidores que se transformam em grandes geradores de lixo. O resultado é conhecido: o volume de lixo gerado, *per capita*, tem aumentado significativamente nas últimas décadas. Atualmente, são gerados aproximadamente 240 mil toneladas de lixo por dia no Brasil. Deste total, cerca de 100 mil correspondem ao lixo domiciliar, do qual apenas 70% é coletado. Cerca de 80% são lançados a céu aberto, em cursos d'água e em áreas que se constituem os lixões que, além de poluir o ambiente, atraem a degradação social.

A outra face da moeda é ainda mais perversa. A competitividade no mercado global se faz possível através da redução

¹ Engenheira Sanitarista e Ambiental.

do custo dos produtos, conseguida através de salários aviltantes, em um modelo que gera crescente desemprego. Parte dessa massa de desempregados e desamparados, sem moradia, busca as áreas ambientalmente degradadas para se fixarem e os lixões muitas vezes surgem como único meio de encontrar alimentos para a sua sobrevivência e resíduos recicláveis para a comercialização. A degradação humana torna-se uma realidade nestas situações e acumula problemas dos mais variados rios. Falta cidadania em todos os sentidos.

Mais de 50.000 crianças em todo o Brasil sobrevivem da catação de lixo e cerca de 30% desse total se encontram sem escola. São expostas, desde os primeiros dias de vida, aos perigos decorrentes do movimento de caminhões e máquinas, ao fogo, objetos cortantes e alimentos contaminados. Vivem em barracas improvisadas de madeiras, papelão e latas, construídas, na maioria das vezes, sobre os lixões. Essas crianças estão sujeitas a problemas sociais que vão desde a gravidez precoce, abuso sexual e uso abusivo de drogas.

Não se pode permitir num país com a 10ª economia mundial que tantas crianças e adolescentes vivam no e do lixo.

Para erradicar a dramática situação da catação de lixo por crianças e adolescentes, propiciar sua inclusão social com cidadania, capacitar atuais catadores de lixões para sua participação em programas de coleta seletiva nas cidades e mudar radicalmente a forma hoje adotada para a destinação de lixo no Brasil foi constituído o "Fórum Nacional Lixo e Cidadania", composto, hoje, por 38 instituições.

Entre elas, há várias organizações não governamentais: Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE, Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, Instituto Polis; religiosas: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB Pastoral da Criança; financeiras: Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; governamentais: Secretaria de Desenvolvimento Urbano – DEDU/PR, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Fundação Nacional de Saúde – FNS, do Ministério da Saúde, Ministério Público Federal – MPF; internacionais: Organização Panamericana de Saúde – OPAS e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, entre outras.

O Fórum Nacional "Lixo e Cidadania" foi criado com o objetivo de contribuir e favorecer a discussão sobre o tema, articular as ações das instituições com interesse na problemática da gestão integrada dos resíduos sólidos com ênfase nas questões sociais, sobretudo nas crianças que hoje sobrevivem no e do lixo, integrar as ações desenvolvidas visando maximizar os impactos gerados e garantir a sustentabilidade dos programas implantados. A Mobilização Social é a principal ferramenta da estratégia. Sem a pretensão de querer resolver o problema, de e para ninguém, o projeto vislumbra criar uma reação positiva, propiciando um clima capaz de sensibilizar os tomadores de decisão para priorizar a solução do problema.

É importante expor a ferida e ao mesmo tempo mostrar que há solução. A proposta é enfrentar o problema pela raiz e mudar de vez a situação socioambiental dos lixões brasileiros, somando os esforços de todos.

Assim, as metas a serem alcançadas são as seguintes:

Erradicar o trabalho infanto-juvenil no lixo;

Colocar na escola todas as crianças que hoje vivem do lixo;

Reduzir a mortalidade infantil;

Gerar emprego e renda para as famílias que vivem do lixo;

Acolher os catadores como parceiros prioritários na coleta seletiva;

Recuperar ambientalmente as áreas degradadas pelos lixões.

O que existe de novo nesta atual abordagem é o enfoque na criança, priorizando o aspecto social, como mote para a campanha nacional "Criança no lixo nunca mais", lançado em junho de 1999. A temática oportunizou o amplo debate no nível nacional e ocupou amplo espaço na mídia, como jamais ocorreu antes. As informações enviadas para a imprensa sobre as crianças no lixo e sobre os lixões no Brasil explicam o que é a campanha, quais suas metas e como ela funciona, e apresentam fotos ilustrativas do problema. Este esforço provocou um estado de indignação e ao mesmo tempo um desejo de mudança, como refletido em diversas matérias e até em editoriais de grandes veículos de comunicação nacionais.

O carnavalesco Joãozinho Trinta criou um lixão cenográfico com dezenas de crianças catando lixo e parte delas fre-

quentando uma colorida escola, no túnel novo de Copacabana, provocando a sociedade a reagir a tal situação. Renato Aragão gravou um filme para a TV, denunciando a presença de crianças no lixo, produzido pela V&S comunicação, produtora e parceira da campanha.

Cinco mil quinhentos e sete prefeitos de todo o Brasil receberam um chamado, por correspondência, para participarem da campanha. Receberam, também, um Termo de Intenção para ser assinado e uma pesquisa com onze perguntas sobre o gerenciamento dos resíduos, com aspectos socioeconômicos e ambientais e um *folder* explicativo sobre as atividades do projeto. Mil duzentos e treze prefeituras de todos os estados brasileiros já atenderam ao chamado.

Aos prefeitos que assinaram o termo de intenção e responderam o questionário foram disponibilizados gratuitamente e enviados pelo correio os seguintes manuais:

– CRIANÇA, CATADOR, CIDADÃO: Elaborado pelo UNICEF, consiste na descrição de um diálogo de um técnico com o prefeito, estimulando-o a construir um Modelo de Gestão dos Resíduos participativo, democrático, que aborde toda a complexidade que o programa merece. Aponta as metas dos projetos para tirar as crianças do trabalho no lixo e melhorar a gestão dos resíduos sólidos, destacando os erros e os acertos de cada experiência. São registrados os esforços das prefeituras de Olinda (PE), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Petrolina (PE), Palmeira dos Índios (AL).

– MANUAL DO CATADOR: Elaborado pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem CEMPRE.

Curso completo de capacitação de catadores de lixo. Dicas sobre como estimular a formação de cooperativas.

– COLETA SELETIVA: Elaborado pelo Instituto Pólis de São Paulo, discute a reciclagem e apresenta 22 experiências de coleta seletiva em todo o Brasil. Relatos de programas desenvolvidos em Angra dos Reis (RJ), Ribeirão Preto (SP), Belo Horizonte (MG) e em um condomínio comercial em S. Paulo, entre outros.

– MANUAL DE FINANCIAMENTO: Elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, ensina a obter recursos e empréstimos para programas de gerenciamento de lixo e de capacitação de profissionais do setor.

– MANUAL DO PROMOTOR: Elaborado pelo Ministério Público Federal, fala sobre reciclagem e explica a importância da parceria com os catadores. Traz indicações das leis relativas aos temas: crianças e meio ambiente. Propõe um Termo de Compromisso a ser firmado entre o Ministério Público e a prefeitura.

Essas publicações são o primeiro material de apoio necessário para que as prefeituras possam ter subsídios para elaborarem seu plano estratégico. Está sendo produzido pela OPAS um Manual de Projeto, Construção e Operação de Aterro Sanitário manual, que será também disponibilizado às prefeituras que aderirem ao projeto.

Outras ações estão sendo desenvolvidas: os bancários da CEF e do Banco do Brasil se uniram à ONG “Missão Criança” e estão promovendo uma campanha nacional de arrecadação de recursos para viabilizar bolsas-escola para as famílias das crianças trabalhadoras de lixões, propiciando que

as mesmas frequentem a escola e que suas famílias tenham sua renda complementada. Empresários buscam diversos parceiros do Fórum Nacional oferecendo ajuda. Está sendo articulado entre alguns parceiros – ABES, ASSEMAE, IBAM, ABEMA, POLIS, UNICEF – um plano de capacitação nacional, a ser realizado por regiões, para capacitar o que virá a ser o Agente Produtor, isto é, o responsável pela articulação do programa nas regiões e estados. Essa capacitação visa atender em um primeiro momento, aos componentes do Fórum nas instâncias estaduais. Para dar início a esse programa, a Secretaria Executiva do Fórum está incentivando a organização dos parceiros no nível regional, visando à sua articulação que deverá culminar em um compromisso público a ser firmado quando da realização de um encontro, seminários, ou outra atividade pública. Paralelamente, essas instituições estão discutindo um plano de articulação das ações de capacitação a ser oferecido ao pessoal técnico das prefeituras para que possam desenvolver projetos locais.

Para os parceiros e demais interessados estão sendo disponibilizados:

– *Folder* geral com dados sobre crianças no lixo no Brasil, e sobre a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”;

– Página na Internet, <www.Unicef.Org.br> um site simples, mas com muitos dados e informações sobre lixo, crianças no lixo, doenças causadas pela coleta e disposição indevida do lixo, composição e proposições do Fórum Nacional “Lixo e Cidadania”, informações para prefeituras etc. Traz *links* com as páginas dos componentes do Fórum. Site da Resol <www.resol.com.br>, parceria do

Fórum, com informações técnicas sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos.

Vale lembrar: a grande repercussão nacional obtida no lançamento da campanha foi devida sobretudo à abordagem social do problema. Percebe-se, pela primeira vez, que há uma grande articulação nacional, deixando-se de lado as diferenças para enfrentar de forma definitiva o problema.

Não há tempo a perder. São 50.000 pequenos brasileiros que pedem socorro. Clamam por saúde, educação, moradia e sobretudo amor, conforme editorial do jornal *Correio Brasiliense* sobre o tema: "A existência de uma multidão de meninos buscando a sobrevivência no lixo constitui mau presságio. Sugere que poderá não haver nenhum futuro".

Para nós, sanitaristas, que conhecemos o problema, a situação é ainda pior. Não reagir é ser cúmplice desta realidade, é a declaração de falência ante o desafio da História.

É urgente e indispensável o nosso comprometimento. Mãos à obra! Para obter maiores informações visite: www.unicef.org.br

MERCADO E SOLIDARIEDADE: REFLEXÕES PRÉVIAS PARA ENTENDER O LUGAR DOS "TRABALHADORES DE RUA" NA SOCIEDADE

Múcio Tosta Gonçalves¹

A pesar de o tema central desse seminário ser a posição e a relação dos catadores de papel e de materiais reaproveitáveis no "mundo do trabalho", a minha intervenção não se restringirá especialmente a essa discussão. Isso porque o convite a mim ditigido, e que muito me honra, pretendeu que eu auxiliasse no debate sobre a referência para o problema da gestão, assunto que, do ponto de vista das teorias econômicas, remete para a problemática do mercado.

Mas isso não significa que as duas questões – a do trabalho e a da gestão – sejam dissociadas. Um dos elementos que pode evidenciar a articulação é o fato de que a mesma economia capitalista que é eficiente na geração de riqueza para uns, só o é na medida em que explora o trabalho – ou seja, na medida em que também é eficiente na geração da pobreza.

Ou seja, em uma economia capitalista, o elemento principal que permite falar da articulação entre trabalho e gestão não é a fábrica e nem o mercado; é, antes, a questão da exclusão – fenômeno constituinte do capitalismo e não apenas seu resultado.

Para o que interessa neste encontro, o problema é que como forma de organização da produção e da distribuição de riqueza, o sistema capitalista orienta a formação do tra-

¹ Mestre em Ciências
Econômicas e Políticas.

balho sem permitir que os sujeitos se relacionem “na riqueza das suas qualidades”, forçando que todos que não são os gestores da produção se igualem e se relacionem “na pobreza e na homogeneidade das suas carências. A sociabilidade entre [esses] seres... pobres e parciais não constitui comunidades, mas massas” (Razeto M., 1997/98).

Feitas essas qualificações iniciais, posso passar para a discussão do tema para o qual fui convidado. Trata-se, como procurarei demonstrar a seguir, da constituição do objeto da economia.

Economia: essa palavra, originada do grego, significa a **ADMINISTRAÇÃO** do **LAR**. Essa “administração”, por sua vez, pode ser definida basicamente como o desempenho organizado de tal forma que as ações produtivas e os serviços realizados permitam a uma família sobreviver e prosperar.

Transferida da dimensão doméstica para a esfera da sociedade como um todo, essa administração torna-se necessária porque, independentemente de quão ilimitados sejam as necessidades ou os desejos das pessoas, os recursos disponíveis para atendê-los são limitados. Ou seja, não existe uma quantidade infinita de recursos, não importa quanto seja produzido em qualquer escala de tempo.

Pode-se dizer, também, que essa administração se realiza através de um tipo de mecanismo de controle que se denomina **MERCADO**. Explicando de outra forma, pode-se dizer que o mercado é um tipo de instituição social que cria, por meio da sua operação, uma capacidade de regulação automática da produção e dos meios que permitem a satisfação das necessidades coletivas e individuais. Esse tipo de definição decorre do fato que:

1. O mercado se compõe pela interação coordenada de dois elementos: a oferta e a demanda;

2. O seu funcionamento depende da iniciativa individual, da ambição pessoal (que deve ser coletivamente desinteressada, apesar de ser individualmente egoísta) e da existência de oportunidades disponíveis para os que sejam capazes de aproveitá-las em um ambiente de liberdade de ação;

3. Se o mercado é livre, devem existir empresas que funcionem livremente.

Ou seja, o mercado só funciona, só adquire e expressa capacidade de administrar a sociedade, se os agentes que a formam podem gozar de liberdade individual, e muito especialmente da liberdade de possuir bens ou de ter direito à propriedade. É nesse ponto que se chega ao segundo elemento que permite construir essa definição de economia que vem sendo apresentada: os agentes individuais. Mas, quem são eles? São simplesmente famílias, pessoas? Ou, se são empresas, o que é que essas entidades são e representam? Quem as administra e com que objetivos?

Isso nos leva a um quarto tópico que, junto dos três apresentados anteriormente, define a capacidade de regulação do mercado: ele é o lugar onde consumidores e produtores podem exercer a sua liberdade que se expressa, respectivamente, no direito de escolher o que querem comprar e de produzir o que desejam produzir.

Enfim, pessoas livres em um mercado livre criam as condições que permitem a satisfação de todos, até um máximo que dá a cada um o suficiente para aumentar o seu padrão de vida ou o seu bem-estar sem causar prejuízos para os vizinhos e demais membros da coletividade. Essa sociedade

organizada como um mercado tem um nome: é capitalista. E, além dos aspectos de liberdade pessoal e de direito à propriedade (privada), o capitalismo se caracteriza por ter sua organização fundada numa forma de “divisão do trabalho”, por possuir um sistema de preços e de geração de lucros, todos esses elementos obedecendo a regras comumente aceitas por seus integrantes.

O mercado funciona basicamente, então, através de um complexo e eficiente sistema de alocação voluntária que tem no preço o seu componente central. Através desse sistema, cada ação corresponde a uma outra de sentido contrário e de igual intensidade, por exemplo, a oferta de um bem encontrará sua demanda, desde que o sistema de colocação de preços nos bens vendidos e comprados funcione, atraindo aquele que quer comprar e maximizar a sua satisfação e aquele que está vendendo e procurando maximizar o seu lucro.

Então o mercado é o produto de ações humanas espontâneas, uma vez que no seu âmbito as pessoas estão sempre buscando maximizar seu bem-estar. O mercado não depende, para funcionar bem, da existência de um compartilhamento de valores idênticos ou de algum tipo de pertencimento grupal étnico ou religioso por parte das pessoas.

O mercado, como sistema de “administração” da sociedade humana, tem seu funcionamento baseado tão-somente no desejo igualmente repartido entre todos os seus membros de aumentar o seu bem-estar, o seu conforto material – mesmo que nem todos tenham as mesmas chances de obter esse progresso material, já que nem todos possuem as mesmas capacidades e o esforço individual não é igual.

Porém, apesar dessas proposições estarem na base dos argumentos usados pela teoria econômica “pura” e também por milhões de pessoas ao redor do planeta para procurar entender como funciona a economia, existem muitas razões para criticá-las. Vamos a elas:

Em primeiro lugar, como fez Karl Polanyi, num texto escrito em 1976, pode-se criticar esse discurso remetendo-se para a incapacidade que os seus defensores têm de separar a palavra “economia” como contendo um significado **substantivo** (que se relaciona com a relação de “dependência do homem, para sua subsistência, da natureza e de seus semelhantes”) e um outro significado **formal** (que se refere “à concreta situação de escolher, especialmente à eleição entre dois distintos usos dos meios que provoca a insuficiência desses meios”).

Ou seja, ao eleger o sentido formal da economia como o principal e exclusivo na capacidade de explicar a realidade, a análise dominante na Ciência Econômica percebe a economia como sendo apenas a sua forma mercantil. Mas este é um equívoco que demonstra que houve a seleção de um tipo de racionalidade para explicar o comportamento humano: a racionalidade da escolha ou a que se organiza em torno de uma sequência de ações baseadas no exercício do livre-arbítrio induzidas por situações de escassez.

Porém, como sugere Anna Harendt (1993, p. 121), o livre-arbítrio refere-se à “*liberdade de escolher entre coisas dadas de antemão (entre o bem e o mal, falando grosso modo), mas não a liberdade de querer simplesmente que isso ou aquilo seja assim ou assado*”. Ou seja, no sistema capitalista tanto os consumidores quanto os fornecedores dos bens que são

comprados agem tendo como única referência a escolha entre estar ou não estar no mercado.

Ele é o elemento que distingue como é que a distribuição do bem-estar – e, até, da felicidade – será realizada. É o mercado que distribui as competências e que diz que, para o trabalhador, a venda da sua força de trabalho é uma sina, na falta de outra alternativa – a de ser proprietário dos meios de produção. Enfim, é o mercado que separa a gestão do exercício do trabalho – como se o trabalho do produtor não fosse, por definição, uma forma de dirigir o uso dos recursos naturais e sociais que estão vinculados ao próprio ato de produzir para si e para os outros que compõem a coletividade.

Se, em vez do que fazem, os economistas puros prestassem atenção ao significado da palavra economia no seu sentido substantivo, eles poderiam valorizar mais as características processual e institucional do sistema econômico.

Ambas implicam que quando as pessoas, dentro de um sistema de produção e comercialização e mercadorias, buscam o atendimento à satisfação das suas necessidades, essa atitude constitui-se num movimento sucessivo e contínuo que engloba tanto os atores quanto o sistema no qual eles estão inseridos. Essas últimas considerações permitem definir o processo econômico, que envolve a troca, como sendo determinado por condições sociais – ou, em outros termos, permite entender que não é a sociedade que é formada pelo mercado, e sim o contrário.

Portanto, na medida que as atividades desenvolvidas de modo interativo pelos homens e mulheres no meio natural e social no qual vivem se revestem de um caráter econômico, é a sua institucionalização o que permitirá produzir unidade

e estabilidade, estruturação e funcionalidade, historicidade e politização, simultaneamente ou não à evolução dos processos de produção e de troca (Polanyi, 1976, p. 161).

Na verdade, se a atividade econômica for pensada a partir dessa sua condição substantiva, pode-se dizer que é principalmente através do estudo das demais formas de construção de solidariedade – horizontal e vertical – e de sociabilidade existentes (além daquelas “puramente” econômicas) que se pode entender as relações sociais e econômicas.

O que a discussão precedente aponta é que, apesar de parecerem idênticos, mercado e troca não são necessariamente a mesma coisa e nem os processos que os sustentam são realizados com o mesmo objetivo. Ambos possuem características empíricas independentes: enquanto a troca pode ser entendida como um “*movimento mútuo de apropriação de bens entre mãos*” distintas, o mercado é um tipo de sistema institucional através do qual se organiza de forma historicamente dada a provisão e a distribuição de enorme quantidade de bens entre uma “*multiplicidade de mãos desejosas de adquirir ou alternativamente de vender*” esses mesmos bens através da troca (Polanyi, 1976, p. 175).

Isso é, mesmo que as instituições do mercado sejam instituições de troca, ambas as dimensões da organização social não são equivalentes. Especialmente porque o mercado tem como suas características básicas a instituição do contrato e a fixação de indexadores para a troca. Ou seja, sob o mercado e não sob a troca, a institucionalidade depende do preço o qual sugere flutuação.

Por sua vez, a troca se institucionaliza a partir dos princípios da dádiva e da ação recíproca, e a equivalência entre os

bens trocados é produzida não pelo que alguém deve dar “por” outro bem, mas pelo que pode reclamar-se “em lugar” do bem que está sendo trocado (Polanyi, 1976, p. 177).

Assim, aceitando o argumento do antropólogo francês Jacques Godbout (1999), pode-se dizer que o tipo de comportamento que motiva a produção e a troca de bens através do mercado é o interesse material (e não o altruísmo ou a generosidade). Essas palavras, que identificam o que está por detrás da idéia do “indivíduo econômico” moderno, servem também para que se faça a pergunta, se na economia e na sociedade, identificadas intelectualmente com a mercantilização da vida, a dádiva ainda existe? Mais inquietante, porém, é a pergunta decorrente desta: a dádiva ainda pode existir em uma sociedade cujo projeto dominante procura estabelecer o mercado como definidores da liberdade, da criação e da sobrevivência das pessoas?

Esta questão, apesar de talvez soar como “anacrônica”, faz sentido quando se sabe que ela está sendo pensada num quadro social marcado pelo “desencantamento” do mundo, pela “leveza insustentável” da modernidade tal como brilhante e expressivamente se manifestaram Milan Kundera (em seu livro *A insustentável leveza do ser*), Ítalo Calvino (por exemplo, em seu livro *Seis propostas para o próximo milênio*) e Marshall Berman (no livro *Tudo que é sólido desmancha no ar*).

Numa sociedade marcada pelo predomínio do interesse material e pela racionalidade individual, é de se supor que o exercício da dádiva e da reciprocidade – comportamento que complementa o primeiro – não existam de fato, já que seriam apenas uma (dentre várias possíveis) manifestação da

troca mercantil. Mas é possível afirmar que aquele exercício existe de fato, já que a economia capitalista subordina, mas não consegue fazer com que desapareça a troca altruísta e desinteressada.

Para Godbout (1999), o altruísmo – mesmo que seja exercido como uma forma de obter satisfação pessoal ou como uma atitude egoísta – não é uma ação idêntica ao egoísmo que orienta o ideal do *homo economicus* da teoria econômica liberal, que é aquele que age orientado racionalmente pela busca de maximização de satisfação num ambiente determinado pela escolha. Ou, conforme disse esse mesmo autor em um outro texto, essa racionalidade instrumental, apesar do realismo da sua noção de interesse, “é uma racionalidade dos meios em relação aos fins que praticamente não se pronuncia quanto aos fins” (Godbout, 1998, p. 40).

Ora, o mercado é, enquanto parte da ordem social, um sistema secundário. Não é nele ou apenas pela intermediação dele que os sujeitos humanos se convertem em pessoas, entendidas como “*unidades autônomas dotadas de um mínimo de coerência própria*”: Mesmo porque na troca se identifica o denominador comum de um grande número de atividades sociais aparentemente heterogêneas – já que ela está fundada em “três obrigações”: dar, receber e retribuir.

Dessa perspectiva pode-se dizer, então, que o princípio liberal e utilitarista fundado na “escolha racional” conduz a um conjunto de conclusões inadequadas tanto sobre os sentidos da ação humana livre quanto sobre os resultados que essa ação produz. O equívoco fundamental está na redução das múltiplas facetas dessas ações humanas a uma abstração analítica que subsume a realidade social a apenas uma de

suas dimensões – pouco ou nada resiliente e a-historicizada – que é o mercado.

Mas as pessoas, ao contrário, estão inseridas em e imbuídas de um mundo com regras, práticas, tradições etc. Elas estão enraizadas **dentro de** uma sociedade.

Ao negar essa interpretação, a teoria econômica pura do mercado como local exclusivo da ação econômica, ordenada tão-somente pela escolha racional, falha ao ignorar ou, no mínimo, ao igualar a **diversidade cultural** existente entre culturas vivas dentro da sociedade (conforme Baert, 1997).

Se, ao contrário do que faz o modelo teórico liberal – cujo ápice hoje são as idéias neoliberais –, forem incorporados os elementos apontados até aqui, então a análise dos problemas da gestão e do trabalho praticados por sujeitos sociais reais deve pensar seus principais termos através das seguintes formas:

- a ação das pessoas é ditada pelo sentimento que as faz buscar resultados que as igualem ou superem umas às outras – e não por preferências que são determinadas fora das referências culturais que informam os “papéis” sociais desempenhados por essas pessoas e seus limites;

- a pessoa que age socialmente é um *expert*, isso é, pode e de fato adquire grande quantidade de conhecimentos e/ou de habilidades graças à experiência, à prática – que são elementos que permitem pensar de modo ampliado a idéia de racionalidade.

Os elementos anteriores permitem pensar o **trabalho**, pois, como uma atividade que está na base da identidade social dos indivíduos. É a partir desse último termo que se pode pensar no caso dos catadores e de outros “trabalhadores

da rua” como portadores de um novo modelo de gestão, na medida em que usam a **solidariedade** como base da sua **ação inclusiva** numa sociedade marcada pela troca.

Porém, para que o seu modelo de ação baseado na inclusão e no altruísmo realmente provoque uma resposta positiva em termos de gestão do seu próprio trabalho e dos resultados dele, é necessário que esses sujeitos apreendam o fato que os elementos que dão a eles um lugar no mercado (a “produção”, a comercialização e o lucro) não podem ser **totemizados** (isso é, não devem ser considerados como aqueles objetos ancestrais ou como aqueles símbolos que são protetores de sua coletividade e objeto de tabus e deveres particulares).

Ou seja, é necessário que evitem a tentação de “*supor que a solidariedade deve se realizar uma vez que a economia tenha cumprido com a sua tarefa e tenha completado seu ciclo*”. Isto é, a solidariedade não tem o seu começo apenas quando a economia tenha terminado sua tarefa e função específicas. Pensar dessa forma, como sugere Razeto M. (1997/98), é entender que a “*solidariedade seria colocada em prática com os resultados – produtos e serviços – da atividade econômica, mas [que] a atividade econômica em si e seus produtos não seriam solidários*”.

A questão é, na verdade, outra: a solidariedade deve ser introduzida na própria economia e deve operar as suas diversas fases (a produção, a distribuição, o consumo e a acumulação). E isso implica tratar de formas econômicas solidárias nas quais o trabalho, então, assume uma posição central, mas o faz espontaneamente – “*porque as pessoas que organizam as unidades econômicas são trabalhadores cujo principal*

recurso e fator de investimento e de gestão é, precisamente, o trabalho” (Razeto M., 1997/98).

Enfim, isso representa transformar o mercado em solidário, construindo as bases para que a própria idéia de troca – base do mercado – seja algo mais do que um elemento de transformação do sujeito em função e muito mais do que um mecanismo de subordinação da liberdade individual e coletiva ao projeto capitalista de ordenamento do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arendt, Hannah. *A dignidade da política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993

Baert, Patrick. “Algumas limitações das explicações da escolha reacional na ciência política e na sociologia”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, volume 12, n.º 35, pp. 63-74, outubro de 1997

Godbout, Jacques T. “Introdução à dádiva”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, volume 13, n.º 38, pp. 39-51, outubro de 1998

Godbout, J.T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999. Em colaboração com Alain Caillé.

Polanyi, Karl. *El sistema económico como proceso institucionalizado*.

Razeto M., Luis. “O papel central do trabalho e a economia de solidariedade”. In: *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n.º 75, dezembro de 1997/fevereiro de 1998.

NOVO MODELO DE GESTÃO: COOPERATIVISMO ALTERNATIVO

Daniel T. Rech¹

INTRODUÇÃO

Quando começamos a falar em gestão aqui neste encontro, temos presente que não estamos nos referindo a aspectos comumente utilizados na perspectiva empresarial em geral, mas apenas ao que interessa diretamente aos trabalhadores.

É que a experiência de uma gestão econômico-empresarial colocada nas mãos dos trabalhadores, mesmo que tenham ocorrido exemplos desde há muito tempo, não é tão comum e muito menos bem-estudada, sistematizada e formalizada no estudo da história e na legislação brasileira. Talvez os “quilombos” tenham sido o exemplo mais contundente do que ocorreu na História do Brasil em termos de gestão socio-empresarial colocada nas mãos dos trabalhadores e que conseguiram um sucesso razoável em termos de sobrevivência e melhoria das condições de vida.

Claro que outros exemplos, isolados aqui e ali, poderiam ser citados mas, no geral, o que ocorre atualmente, em termos de gestão econômico-produtiva, é uma gestão centralizada onde quem toma a iniciativa e tudo decide é o proprietário capitalista, dono da empresa ou, como se conven-

1 Pós-graduado em Cooperativismo.

cionou chamar em quase todos os lugares: O "patrão". Neste caso, os trabalhadores são arrendados para a empresa e não têm poder de participação ou decisão na gestão dos negócios.

E esta situação, onde o dono manda e os trabalhadores obedecem, foi consagrada e sacramentada em 1941 por Getúlio Vargas, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apesar de ter exercido o papel de "defensor" dos direitos dos trabalhadores, na verdade, a CLT colocou o trabalhador, como se diz, "no seu devido lugar": O de obedecer e executar o que o "patrão" manda, vinculado por um contrato de trabalho que lhe permite apenas trabalhar, mas sem abrir a boca.

Nós últimos vinte anos – seja fruto das crises continuadas das empresas nacionais, seja dos ventos da modernidade que com o nome de "qualidade total" ou um monte de outros métodos de gestão empresarial, ou seja, a partir das lutas dos próprios trabalhadores – começou-se a falar numa nova forma de participação nas empresas e isso passou a se chamar de co-gestão.

A co-gestão parte de um princípio desenvolvido principalmente no Japão de que o futuro de uma empresa, principalmente do ponto de vista da criatividade, depende muito de novas idéias e de um empenho todo particular de todos os que estão nela. Por isso, seria essencial incorporar idéias e envolvimento dos seus próprios trabalhadores. Para que os mesmos pudessem ser incentivados a se empenhar mais e criar alternativas produtivas é que se inventou a co-gestão.

A co-gestão pretende ser participativa na medida em que aproveita um maior esforço e sugestões dos trabalhadores,

mas não muda a situação secular das posições de quem manda (o patrão) e de quem faz e obedece (eles). Para tornar o esforço mais aceitável, fizeram-se algumas leis e propostas no sentido de estender parte do lucro (normalmente percentuais ínfimos) para serem distribuídos entre os trabalhadores.

O conceito de co-gestão é importante porque, atualmente, sejam empresários como os próprios trabalhadores e também organizações da sociedade civil o vêm confundindo com a chamada "autogestão".

A autogestão, no entanto, parte de um novo conceito: A eliminação dos papéis de patrão e empregado, de trabalhador e de não-trabalhador dirigente.

É, sem dúvida nenhuma, uma gestão participativa, mas muito mais que isso. Na verdade, a autogestão ocorre quando um grupo de pessoas decide se constituir como empresários autônomos e levam adiante uma iniciativa econômica onde eles próprios são os que realizam a atividade produtiva. Como funciona isso?

Vamos fazer uma comparação² entre uma empresa comum, que vocês conhecem muito bem e uma iniciativa autogestionária:

1. Na empresa capitalista, quem manda e viabiliza o que deve ser feito é o dono, o patrão, o qual tem o poder determinado pelo montante de capital que ele tem nas suas mãos.

2. Na iniciativa autogestionária quem manda e viabiliza o que deve ser feito são as pessoas que também realizam a atividade produtiva. O exercício do poder é igualizado e vinculado ao direito de um voto por pessoa, independentemente do capital investido.

2 A partir de uma idéia original de Roque Lauschner publicada na Revista *Perspectiva Econômica* UNISINOS.

1. Na empresa capitalista, o dono (ou donos) detém todo o capital mas conta principalmente com o trabalho dos empregados, pagando salário.

2. Na iniciativa autogestionária, o que pode ser arrendado é apenas o capital. Não há, em princípio, arrendamento de mão-de-obra. Os próprios associados são os que realizam a atividade produtiva.

1. Na empresa capitalista, os empresários assumem os riscos, na proporção do seu capital investido, mas o ganho (lucro, ou sobra líquida) é destinado apenas aos donos, em proporção ao capital investido.

2. Na iniciativa autogestionária, os associados são responsáveis pelos riscos solidariamente, mas o ganho (ou sobra líquida) é destinado às próprias pessoas que realizam a atividade produtiva proporcionalmente ao seu trabalho ou entrega de produção, ou seja: proporcional às operações que o associado tem com a iniciativa, beneficiando a todos os envolvidos.

1. O modelo de estruturação da empresa capitalista se baseia no benefício exclusivo, autodeterminação e acumulação de capital dos que investiram na mesma, mantendo os trabalhadores em situação de subordinação, a partir do critério de que cumprir as determinações e obedecer é o melhor caminho para o seu benefício.

2. Na iniciativa autogestionária, o que ocorre é a subordinação do capital ao benefício de todos os que estão envolvidos na atividade produtiva, garantindo a autodeterminação de sua participação e com isso visando ao benefício de todas as pessoas que atuam produtivamente.

1. Na empresa capitalista, a propriedade dos meios de pro-

dução é privada para os detentores do capital na proporção de sua participação.

2. Na iniciativa autogestionária, a propriedade dos meios de produção é condominial onde cada pessoa tem uma parcela ideal dos mesmos.

1. A posse dos meios de produção na empresa capitalista é dos empregados (porque são eles que trabalham com os mesmos) e o conceito desenvolvido na atividade produtiva é que o resultado deve ser obtido de forma coletiva, ou seja, através da "cooperação": O capitalista entra com a propriedade dos meios de produção e os trabalhadores entram com a mão-de-obra, mas beneficiando apenas o capitalista.

2. Na iniciativa autogestionária, a posse dos meios de produção é também coletiva, mas as pessoas envolvidas na atividade produtiva detêm também a propriedade dos meios de produção. A exploração dos meios de produção também é feita de forma coletiva com a diferença que os resultados beneficiam a todos os participantes.

O modelo mais próximo do que poderia ser uma iniciativa autogestionária encontra-se na cooperativa de trabalho. Não a cooperativa de prestação de serviços onde um grupo de trabalhadores associados contrata serviços com outras empresas ou com terceiros, como é o caso das cooperativas de médicos (UNIMEDs), de taxistas. É muito menos as chamadas "cooperativas de mão-de-obra" que de cooperativa não têm nada, onde um intermediário é o dono da iniciativa e os "associados" são, na verdade, seus trabalhadores.

O modelo de que estamos falando aproxima-se das Cooperativas Comunitárias de Trabalho e das chamadas Cooperativas de Produção.

1 - Cooperativas Comunitárias de Trabalho

Nessas cooperativas, a propriedade e posse dos meios de produção são totalmente coletivas. Seus produtos se destinam mais ao consumo interno, não excluindo, no entanto, a comercialização dos excedentes. Caracterizam-se ainda pela busca do aprofundamento dos vínculos econômicos e sociais entre todos os participantes, constituindo-se em verdadeiras comunidades. São exemplos as "Communautés de Travail" na França e os "Kibutzim" de Israel. Não existe, ao que eu saiba atualmente, esse tipo de cooperativa no Brasil. Parecem ter sido desse jeito alguns tipos de quilombos e as experiências de Canudos e do Contestado.

2 - Cooperativas de Produção

Nessas cooperativas, os associados são os seus donos, através da propriedade individual do capital social. Eles também retêm a propriedade individual ou coletiva e a posse coletiva dos meios de produção (instalações, insumos etc.). Assumem os riscos da atividade desenvolvida e a participação no montante do capital social está muito relacionada com atividades produtivas provenientes do uso da própria mão-de-obra. É que são os próprios associados os que trabalham no âmbito da cooperativa, desenvolvendo atividades produtivas conjuntamente. Foi este tipo de cooperativa que, praticamente, deu início ao movimento cooperativista francês, inspirado nas idéias de dois dos seus maiores precursores: Philippe Buchez e Louis Blanc. A fórmula do seu funcionamento é muito simples, segundo o francês E. Thaller:

*"Alguns operários, chapeleiros, artesões, viram seus próprios patrões. Eles põem em sociedade o seu trabalho, elegem um gerente responsável e repartem entre si os benefícios."*³

São exemplos concretos as *Coopératives ouvrières de production* da França; as *Productive Societies* da Inglaterra, as Cooperativas de Mondragón da Espanha. No Brasil, existem alguns exemplos na área urbana (com atividade industrial, informática etc.) e as Cooperativas de produção Agropecuária (CPAs), vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Esse tipo de cooperativa é o modelo mais próximo de nós do que seria uma cooperativa realmente autogestionária.

Infelizmente, o conceito puro de modelo produtivo autogestionário tem difícil aplicação no Brasil. Por nada, houve perseguições contra os quilombos e todas as demais iniciativas da nossa história que adotaram modelos de gestão igualitária e participativa.

A nossa cultura e especificamente a nossa legislação são muito conservadoras no que se refere à experiência de produção coletiva. A cultura brasileira está muito, ou quase exclusivamente, baseada no princípio da supremacia dos direitos e da propriedade privada individuais sobre os direitos da coletividade. E a legislação específica das atividades econômico-produtivas está calcada na supremacia do capital (haja vista os benefícios aos banqueiros nos últimos anos) e, no que se refere à relação capital e trabalho, o capital sempre domina e quem trabalha, mesmo que tenha razão, apenas obedece.

No caso específico das iniciativas associativas, seja em relação às sociedades civis sem fins lucrativos como em relação a cooperativas, sempre que a produção for realizada no âmbito da própria iniciativa produtiva, de modo coletivo, os direitos individuais se sobrepõem aos coletivos, instalando-

se as condições da relação de emprego e o reconhecimento dos associados como empregados e não como empresários autônomos numa relação igualitária.

O próprio MST vinha enfrentando diversos problemas em relação aos processos que associados da cooperativa moviam na Justiça do Trabalho pelo reconhecimento do vínculo empregatício. E que, para a Justiça do Trabalho, a realização de atividades produtivas no âmbito de uma iniciativa econômica sempre evidenciou-se como uma relação contratual individualizada entre o detentor do capital e o detentor do trabalho (*"Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário"*. Artigo 3º da CLT).

Por causa disso, o próprio MST sugeriu o encaminhamento de um projeto de lei para modificar a Consolidação das Leis do Trabalho. Esse projeto de lei foi aprovado na Câmara e no Senado e se transformou em lei, passando a ser o parágrafo único do artigo 442 da CLT. A sua redação é a seguinte:

"Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre elas e os seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela."

Com isso, a legislação abriu uma brecha para a existência de um tipo de cooperativa de produção que poderia ser efetivamente autogestionária.

Ou seja:

Atualmente, com este parágrafo na CLT, é possível existir uma iniciativa coletiva de trabalhadores reunidos num

mesmo estabelecimento, realizando atividade produtiva para o comércio, sem que se estabeleçam as condições das relações de emprego.

Ou ainda:

Um grupo de trabalhadores autônomos pode produzir e comercializar sem que haja necessidade de definir e estabelecer legalmente quem é o patrão e quem é o empregado.

Infelizmente, o referido parágrafo abriu oportunidade de fraudes contra os trabalhadores nos casos em que os mesmos continuam subordinados a atravessadores de mão-de-obra (os chamados "gatos"), que constituem, irresponsavelmente e sem punição, cooperativas de fachada. Isso motivou uma imensa mobilização de setores mais progressistas, surpreendentemente não contra as fraudes, mas contra o parágrafo único do artigo 442 e o mesmo está praticamente sendo retirado da CLT (apenas depende de votação no Senado Federal). Isso não vai terminar com as violações dos direitos dos trabalhadores, com certeza, porque não será apenas uma lei que as evitará, mas sim a organização, a força política dos trabalhadores. Mas, com certeza, terminará com a única possibilidade que resta na legislação de se poder constituir reais e necessárias iniciativas de produção coletivas autogestionárias.

DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO SOCIAL

(A EXCLUSÃO E O ESTADO CONSTITUCIONAL)

José Luiz Quadros de Magalhães¹

Este final de século apresenta sérios desafios para a humanidade. As questões, mais do que nunca, apresentam-se em nível global, e a solução dos graves problemas que ameaçam a estabilidade do planeta necessitam da construção de um novo modelo de Estado, de sociedade e de economia.

O mundo, no final do século, assistiu à queda do “socialismo real”, nos seus modelos europeus, finalizando uma cruel guerra econômica, na qual os Estados Unidos aparecem como vencedores momentâneos, com a falsa declaração do fim das ideologias e com a expansão do modelo neoliberal, trazendo desemprego, e promovendo uma acumulação e movimentação de capital jamais vista.

A década de 90 assistiu ao início do fim do projeto neoliberal, com um retorno esmagador da proposta socialista democrática na Europa, que diz não a uma economia que não tenha uma finalidade social.

Fenômenos interessantes assaltam o mundo. De repente os alemães orientais, que promoveram uma revolução pacífica em nome da liberdade, percebem que esta também não existe do outro lado do muro. Recentes publicações, na Alemanha unificada, ressaltam aspectos impensáveis na época da guerra ideológica de informações entre leste e oeste europeus. Um

livro de Daniela Dahn² (Em Frente, em direção oeste, sem esquecer) traz para o debate algumas questões. A autora afirma que o principal capital dos alemães do leste é “*justamente o papel secundário do dinheiro*”, sendo que no seu entendimento a antiga Alemanha Oriental (socialista, ou por alguns chamada de comunista), “*desapareceu quando nós começávamos a gostar dela*”. O livro denuncia o tratamento desigual estabelecido pela lei e pela própria Constituição, entre os alemães do oeste e do leste. Em relação à aposentadoria, por exemplo, um soldado da Wehrmacht, mesmo tendo pertencido a SS nazista, tem o direito a uma aposentadoria normal enquanto os funcionários da antiga RDA têm seus proventos reduzidos. As conclusões do livro são compartilhadas por grande parte dos alemães orientais. Setenta e cinco por cento dos Osis (alemães do leste) afirmam que os cidadãos na Alemanha unificada não são iguais perante a lei, sendo que estes se acham mais humanos que os alemães do oeste. Apenas trinta por cento dos Osis acham que a democracia, no modelo atual, é o melhor regime.³

Para comemorar o sétimo aniversário da unificação alemã, a Volksbühne de Berlim preparou um espetáculo intitulado “A liberdade provoca pobreza” (*Freiheit macht arm*). Sobre o espetáculo explica Frank Castorf:

“*Eu acredito que estávamos finalmente mais livres no sistema do totalitarismo coletivo que na sociedade atual, onde a única coisa que se percebe é um individualismo que condena tudo o que parece de perto ou de longe ao coletivo. Hoje eu diria que nos sentimos supérfluos e não livres*”.⁴

O mundo hoje reage à expansão do fenômeno neoliberal. Entretanto, as opções não são claras. Os eleitorados inglês e

2 Dahn, Daniela. *Westwärts und nicht vergessen. Vom Unbehagen in der Einheit*, Rowohlt, Berlin, 208 pp.

3 Le Monde Diplomatique, fevereiro/1997, p. 12.

4 Le Monde Diplomatique, fevereiro/1997, p. 12.

1 Doutor em Direito Constitucional.

francês recentemente disseram não ao modelo de exclusão, e compete à esquerda, no poder em julho de 1997 em 12 dos 15 países da União européia, apresentar respostas a um Estado social em crise, por ser construído em uma economia capitalista, hoje globalizada, excludente e concentrada. Há uma solução econômica regional ou local num mundo economicamente globalizado?

No terceiro mundo, no entanto, o neoliberalismo é imposto por novos autoritarismos. Do modelo peruano comandado por Fujimori, passando por Menen na Argentina, chegamos a modelos de autoritarismo extremamente sofisticados, travestidos de uma capa de democracia, num regime autoritário que se sustenta na fragilidade do Congresso, e no monopólio dos meios de comunicação social, trazendo um perigoso regime autoritário, pois sustentam-se em instituições que deveriam servir à democracia, fazendo a exclusão se expandir em níveis alarmantes.

Para melhor compreensão da atual realidade torna-se necessário entendermos alguns fenômenos contemporâneos, como a crise do Estado Social, o neoliberalismo e a globalização.

○ ESTADO CONSTITUCIONAL

O Estado Constitucional moderno compreende um processo evolutivo que pode ser dividido em seis fases distintas e três tipos de Estado: o Estado Liberal, o Estado Social e o Estado Socialista, representando os três grandes tipos de Estado que, entretanto, apresentam, cada um, uma enorme variante, segundo o lugar e a época.

Importante observar que, ao dividirmos as fases evolutivas dos Estados constitucionais, procuramos demonstrar esta evolução de maneira teórica e não histórica. Desta forma, embora cronologicamente estas fases evolutivas tenham se sucedido na história, cada Estado vivenciará esta experiência de maneira diversa, em épocas por vezes diferentes, com intensidades diferentes sendo que nem todos experimentarão todas as fases, e principalmente, haverá uma grande diferença na realização dos modelos constitucionais correspondentes a cada tipo de Estado, segundo o grau de desenvolvimento econômico de cada país, além da sua realidade cultural.

Isto posto, podemos iniciar nossa evolução do Estado Constitucional moderno, com a Revolução norte-americana, em 1776, a Constituição da Federação norte-americana de 1787 e o processo da Revolução Francesa, a partir de 1789. Neste momento, afirma-se o Estado Liberal, primeiro tipo de Estado constitucional. Em linhas gerais este Estado caracteriza-se pela omissão perante os problemas sociais e econômicos, não consagrando direitos sociais e econômicos no seu texto além da regra básica de não intervenção no domínio econômico. Garantem, ainda, as Constituições liberais, os direitos individuais, entendidos estes como direitos que regulam condutas individuais e protegem a esfera de interesses individuais, contra o Estado, sendo o limite destes direitos o direito do outro, e os direitos políticos. O conteúdo destes direitos será variável de Estado para Estado, assim como o tratamento que estes direitos recebetão será diverso no tempo e no espaço.

A primeira fase do Estado liberal caracteriza-se pela vitória da proposta econômica liberal, aparecendo teoricamente os

direitos individuais como grupo de direitos que se fundamentam na propriedade privada, principalmente na propriedade privada dos meios de produção. O alicerce teórico da liberdade será a propriedade, e os cidadãos serão aqueles que participam da ordem econômica de forma produtiva. Os direitos políticos, em sentido restrito, entendidos como direitos de participar no poder do Estado, votando e sendo votados, serão apenas dos proprietários que tenham acima de renda anual, muitas vezes constitucionalmente prevista. Assim, o cidadão será apenas o proprietário.

Numa segunda fase, ocorre uma evolução do conceito de cidadania, resgatando-se a idéia da igualdade jurídica, e não mais a propriedade privada, como o alicerce dos direitos fundamentais. Fruto de lutas sociais e parlamentares, que terão em cada país pesos diferentes, conquista-se o direito ao voto secreto, periódico e universal. Desaparece, assim, a diferenciação em razão do poder econômico para se ter acesso ao voto, permanecendo, entretanto, em vários países, a diferenciação em razão do sexo, que desaparecerá em alguns casos apenas no século XX, e outras limitações permanecerão, como as que ainda hoje existem, como a idade e escolaridade, por razões claras.

As regras do liberalismo, embora bem simples, não levam ao que fora prometido pelos seus teóricos. O descumprimento das regras pelos competidores levava a economia do século XIX ao mesmo tempo a um processo de crescimento jamais visto até então e a uma acumulação e concentração de riquezas também incomuns. A concentração de riquezas leva à eliminação da livre-concorrência e livre-iniciativa, idéias basilares do liberalismo, ao mesmo

tempo que acentuava a limites alarmantes a miséria e outras formas emergentes de exclusão social. A resposta inicial do Estado liberal será a de combater as crescentes marginalidade, criminalidade e revoltas sociais de trabalhadores com a força policial e com reformas urbanas, que permitissem à polícia controlar mais facilmente as revoltas sociais. Entretanto, a organização internacional de trabalhadores e a existência, na segunda metade do século XIX, de uma proposta científica como alternativa ao Estado liberal fazem com que a elite, que se afirmou com o modelo econômico construído neste século, percebesse a necessidade de gradativamente incorporar reivindicações dos trabalhadores e propostas dos socialistas, numa tentativa de atenuar as distorções sociais e econômicas e acalmar a tensão social.

Desta forma, o Estado Liberal passa a admitir uma sensível mudança de postura perante as questões socioeconômicas, passando a garantir determinados direitos sociais como a limitação da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho do menor e a previdência social. O Estado Alemão, recém-unificado, é um dos pioneiros na legislação social, enquanto a Áustria elabora a sua legislação previdenciária e nos Estados Unidos, em 1890, temos a lei Sherman, modelo de legislação antitruste, visando combater a concentração econômica que provoca a eliminação da concorrência e da livre-iniciativa.

Podemos caracterizar essa terceira fase como um momento de transição entre o Estado Liberal e o Estado Social que nasceria com a primeira guerra mundial. Embora, no final do século XIX e início do século XX, as constituições liberais

mantivessem, ainda, a característica de serem essencialmente um teto político, sem a previsão de intervenção no domínio econômico e nas questões sociais, a legislação infraconstitucional incorpora essas mudanças, demonstrando a necessidade de urgente mudança de postura por parte do Estado.

Entretanto, a mudança tardia de comportamento do Estado não é capaz de solucionar a grave crise que resulta na primeira grande guerra (1914-1918), marco divisor de águas entre o Estado abstencionista e o novo Estado Social assistencialista. Em 1917, no México, o mundo assiste à primeira Constituição Social, que, mantendo o núcleo liberal de direitos individuais e políticos, amplia o catálogo de direitos fundamentais, acrescentando dois novos grupos de direitos: os direitos sociais relativos ao trabalho, saúde, educação, previdência e os direitos econômicos que marcam a postura intervencionista do Estado que passa a regular a economia e em alguns casos a exercer atividades econômicas.

Embora cronologicamente a Constituição Mexicana de 1917 tenha sido a primeira, a Constituição matriz do constitucionalismo social será a de Weimar, Alemanha, em 1919.

É importante notar que as mudanças sociais, através de um processo de democracia representativa, não são capazes de oferecer respostas imediatas para o caos social e econômico em boa parte da Europa, especialmente Alemanha e Itália. Ao mesmo tempo, a revolução bolchevique na Rússia e a imediata expansão do recém-criado Estado socialista ao vasto império czarista, formando a União Soviética, representava uma séria ameaça aos interesses do capital no restante da Europa. O Estado socialista que surgiu também em 1917, na Rússia, ao contrário do Estado social-liberal no modelo alemão e me-

xicano, representava uma ruptura com o modelo de economia e de sociedade capitalistas, e com os valores liberais.

Podemos dizer que o Estado social-liberal significou uma necessária mudança do Estado Liberal clássico para, de alguma forma, preservar a idéia de uma economia capitalista livre, onde, a custa do não-intervencionismo Estatal se preservasse a concorrência e a livre-iniciativa. Em outras palavras, o liberalismo muda e o capitalismo liberal passa a ter uma preocupação social para preservar uma importante parcela do núcleo do pensamento liberal.

Não há uma justificativa geral aplicável a todos os Estados que passaram por este processo, mas, em geral, a mudança de comportamento do Estado perante as questões sociais e econômicas terá, em menor ou maior grau, como motivação, a pressão dos trabalhadores e dos movimentos sociais e das internacionais socialistas; a pressão dos liberais pela necessidade de se preservar a concorrência comprometida pela concentração econômica; a grave crise social, e a ameaça socialista, vindo, de certa forma, o intervencionismo estatal, evitar a continuidade do processo de concentração, mas, ao mesmo tempo, preservar o modelo de repartição econômica de riquezas, e, portanto, privilégios econômicos, construídos durante o século XIX.

Desta forma, com o Estado socialista batendo às portas de boa parte dos estados europeus e com a incapacidade de modelo social-liberal responder de maneira urgente à crise social e econômica, o mundo assiste ao nascimento e crescimento dos movimentos nacionalistas na Europa, Ásia e América.

Não se pode dizer que o fascismo, assim como o nazismo, surgem como uma forma de se evitar o crescimento do socialismo na Europa, mas, sem dúvida, a sua ascensão definitiva terá um fundamental empurrão do grande capital nacional na Itália, Alemanha e outros países, evitando com isto que a revolução socialista se expandisse e com isto compromettesse interesses deste capital. No livro de Leandro Konder, *Introdução ao Fascismo*, o autor, com clareza, demonstra as razões pelas quais o grande capital alemão e italiano percebem nos movimentos ultranacionalistas uma força capaz de comprometer o movimento comunista nestes países e os financiam.

Os fascismos europeus, assim como o nazismo, têm em comum um discurso social, a prática de uma economia dirigida voltada para a indústria bélica, a violência, sendo um movimento antidemocrático, anti-socialista, antiliberal, anticomunista, anti-operariado, ultranacionalista e, especialmente no caso alemão, anti-semita.

A capacidade do fascismo e do nazismo de reverterem a penetração do movimento socialista reside na sua forte base cultural na qual se funda o discurso social nacionalista. Resgatando o elemento por sobre o qual se constrói o sentimento de pertinência a um estado nacional, como o passado histórico comum, valores comuns, idioma comum e projeto político comum, o fascismo, nas suas variadas formas, busca construir a unidade nacional contra o estrangeiro que oprime, que é inferior, que impede o desenvolvimento livre da nação, possibilitando, com isto, oferecer uma alternativa muito mais próxima da realidade do povo, pois é uma alternativa nacional capaz de desmobilizar a proposta internacionalista e nova de luta de classes, presente no socialismo.

Contra o internacionalismo socialista, construído a partir do objetivo comum de todos os trabalhadores, para eliminar o capital opressor, nada melhor que o discurso social nacionalista contra o opressor estrangeiro. Note-se que a proposta fascista terá um forte apelo na Europa, pois funda-se em valores culturais fortemente enraizados podendo facilmente desmobilizar o internacionalismo que procura, ainda, construir uma solidariedade e uma unidade com bases multinacionais.

Com força para barrar a expansão da revolução socialista, o fascismo (e o nazismo) será a alternativa para o grande capital nacional que financiará a sua ascensão ao poder em vários estados europeus, e de maneira mais profunda na Alemanha e na Itália.

O Estado Social fascista – produto dos interesses do grande capital nacional e da crise social econômica que se abateu sobre alguns países europeus – será responsável pelo maior conflito militar da história da humanidade, e após a Segunda Guerra mundial, com a derrota militar da Alemanha, Itália e Japão, o mundo terá duas novas potências, sendo construído, a partir de então, um mundo bipolar e a guerra fria, até 1989. Importante notar que entre tantas derrotas, principalmente a da humanidade, os vencedores são aqueles que têm suas reivindicações atendidas. Basta, para isto, lembrarmos de que entre as sete grandes economias do mundo encontram-se Alemanha, Itália e Japão. O povo e os exércitos destes países foram derrotados, mas o grande capital que financiou a alucinação fascista foi vitorioso, mais uma vez.

O período pós-guerra traz o renascimento do Estado Social assim como a expansão do Estado Socialista. Enquanto o

Estado Socialista representa uma ruptura com a economia liberal e o capitalismo, o Estado Social representa um novo paradigma sem, entretanto, existir uma ruptura com o capitalismo liberal. As constituições socialistas consagram uma economia socialista, garantindo a propriedade coletiva e estatal e abolindo a propriedade privada dos meios de produção. Há uma clara ênfase aos direitos econômicos e sociais e uma proposital limitação dos direitos individuais, pois o exercício destes direitos no Estado socialista está condicionado à evolução do Estado e da sociedade socialista, que devem ser capazes de educar e preparar o cidadão a viver no futuro em uma sociedade completamente livre, onde não haja Estado, poder ou hierarquia: a sociedade comunista.

Por esta característica do Estado socialista não podemos classificá-lo simplesmente como uma espécie de Estado Social. Sua evolução se destaca da linha evolutiva que traçamos neste trabalho, pois rompe com a economia capitalista.

Retornando à nossa linha evolutiva que parte do Estado liberal, temos, no pós-guerra a retomada do que podemos chamar de uma quarta fase evolutiva e teórica do Estado Constitucional. Esta quarta fase, que tinha sido bruscamente interrompida com os anos violentos do fascismo e do nazismo, retorna, agora, com muito mais força, sendo que os Estados da Europa ocidental experimentam a implementação eficaz do Estado de bem-estar social, o que, embora os Estados de economia periférica tenham adotado constituições sociais, não ocorre de maneira completa na América Latina, Ásia e África.

Este Estado Social-Liberal é marcado por um assistencialismo e clientelismo típico deste novo liberalismo social. O

Estado deixa a postura abstencionista, onde não tinha nenhuma preocupação social e econômica, e passa a intervir no domínio econômico, regulando, e, em alguns casos, exercendo atividade econômica, passando a assistir a clientela permanente do Estado, ou seja, os excluídos do sistema social e econômico necessários à existência do sistema capitalista. O pleno emprego é, nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo, uma condição inexistente. O número de desempregados iria apontar a força dos sindicatos e possibilidade de pressão sobre os interesses do capital. Quanto mais emprego, mais fortes os sindicatos. As políticas de emprego, além de políticas de preços (controle da inflação) mantêm os sindicatos sob controle do capital e do Estado. Cria-se o desemprego para enfraquecer os sindicatos, assim como aumenta-se a inflação para reduzir salários, mantendo as reivindicações salariais em níveis não-ameaçadores aos lucros crescentes.

As constituições sociais elevam os direitos sociais e econômicos ao nível de norma fundamental, havendo uma ampliação do leque de direitos fundamentais, somando-se estes ao núcleo liberal de direitos individuais e políticos. Entretanto, a leitura oferecida a estes direitos é ainda numa perspectiva liberal. Os direitos individuais ainda são vistos como direitos contra o Estado e a liberdade fundamental existe, se o Estado não intervém no livre espaço de escolha individual. Os direitos individuais e políticos são direitos de implementação imediata e os direitos sociais e econômicos aparecem como normas programáticas, de implementação gradual e quando necessário. Os grupos de direitos fundamentais são vistos de forma estanque. Isto faz com que a democracia, por exemplo, seja

vista apenas como simples exercício do direito de votar e de ser votado do cidadão.

A Europa pós-guerra encontra-se destruída e, para os interesses da economia capitalista liberal, ameaçada pela expansão da influência soviética. Os Estados Unidos da América, nova grande potência global, manterão nos países sob sua influência os seus interesses através de métodos diferentes. Enquanto o terceiro mundo, de economias periféricas, recebe constituições sociais mas governos autoritários ou ditaduras militares, que sejam capazes de manter o ideal comunista distante, a Europa ocidental, aliada dos EUA, receberá apoio para reerguer sua economia e construir, de forma efetiva, o modelo de Estado de bem-estar social.

Onde podemos afirmar que este modelo de Estado existiu ou ainda existe de forma efetiva, será na Europa. Nas economias periféricas o Estado social funcionará de forma imperfeita ou incompleta.

A implementação efetiva dos direitos sociais e econômicos, em boa parte da Europa Ocidental, traz consigo o germe da nova fase democrática do Estado Social e a superação da visão liberal dos grupos de direitos fundamentais. O oferecimento, neste primeiro momento, de direitos sociais como saúde pública e educação pública oferecerá à população os mecanismos para se formar, informar e daí se organizar, exigindo, agora, a sua inclusão no sistema econômico e social, pressionando o Estado a efetivar políticas econômicas que venham gerar empregos e salários justos. Esta combinação de fatores transformará o Estado social, que de uma perspectiva clientelista, de manutenção da exclusão social, transforma-se em um Estado Social inclu-

dente, pressionado pela população cada vez mais organizada e informada.

Do ponto de vista teórico, isto representa a consagração da tese da indivisibilidade dos direitos fundamentais, nesta 5ª fase evolutiva do Estado. Em outras palavras, a liberdade não existe a partir da simples omissão do Estado perante os direitos individuais, mas existe a partir da atuação do Estado oferecendo os meios para que os indivíduos sejam livres. Desta forma, a liberdade de expressão não existe apenas porque o Estado não censura a palavra ou a imprensa, mas porque os indivíduos têm acesso à educação que lhes oferece o meio para formar a sua consciência filosófica, política e religiosa de maneira livre, e expressá-la. O direito à vida deixa de ser um direito à manutenção do organismo biológico funcionando, porque o Estado não o extingue, mas, sim, o direito à saúde, à educação, ao meio ambiente, ao trabalho, à justa remuneração etc. Em outras palavras, os direitos individuais, para existirem, para que o indivíduo seja livre, têm que ter acesso a direitos sociais como saúde, educação, e direitos econômicos como trabalho e justa remuneração. A democracia não resume-se no ato de votar, mas na possibilidade de participação constante nos destinos do Estado, da sociedade e da economia de uma população que é livre, porque tem acesso aos direitos sociais e econômicos.

O cidadão não é mais apenas o que vota, mas, sim, o que vota, que se informa, que se educa, que come, que mora, que veste, que trabalha e que tem dignidade.

Este Estado Social europeu incluyente necessita de crescimento econômico que lhe garanta, também, crescente arrecadação tributária para que possa arcar com os serviços públi-

cos de qualidade e políticas econômicas includentes, o que faz diminuir a demanda social básica, pois diminui a exclusão, podendo, então, cada vez mais sofisticar a assistência à população e ainda poupar para promover a recuperação econômica nos períodos de crises cíclicas e passageiras do capitalismo.

AS RAÍZES DA CRISE DO ESTADO SOCIAL

Enquanto há crescimento econômico e alta arrecadação tributária, o Estado Social pode sofisticar-se, com serviços públicos cada vez melhores. A educação é inteiramente pública e gratuita, assim como a assistência médica de qualidade, em vários estados europeus. Entretanto, a capacidade do Estado de resistir a crises tem limites de intensidade e duração, e poucos contavam com a crise profunda da década de 70.

Com a crise econômica há uma diminuição da arrecadação tributária. Para isto o Estado Social estava preparado, pois vinha trabalhando com a idéia de superávit e déficit orçamentário. Poupar, nos momentos de crescimento, e investir para recuperar a economia, nos momentos de crise. Entretanto, a crise profunda diminui a capacidade do Estado de responder à crescente demanda social, estando mais frágil, justamente no momento em que é mais requisitado.

Este é o momento de penetração da proposta neoliberal, já presente como uma crítica ao Estado Social, desde o pós-guerra. Os neoliberais apresentam uma solução para a crise que o Estado Social, naquele momento, não era capaz de supetar. Entretanto, para supetá-la, era necessário criar-se as condições para acumulação e expansão do capital, com a posterior criação de riquezas e empregos.

Para que o capital se expandisse, era necessário que o Estado criasse as seguintes situações ideais:

1 - Diminuição do Estado com processos de privatização, permitindo que o setor privado pudesse atuar naqueles setores onde o Estado era concorrente ou único ator.

2 - Com a diminuição do Estado, inclusive nas suas prestações sociais fundamentais, é possível a diminuição ou eliminação dos tributos do capital, deixando que a classe assalariada arque com o que subsiste dos serviços públicos (os dados do período Reagan nos EUA ilustram esta afirmativa).

3 - Enfraquecimento dos sindicatos para que não haja pressão eficiente sobre o valor do trabalho, ameaçando os lucros crescentes.

4 - Para enfraquecer os sindicatos são necessárias políticas econômicas de geração do desemprego, com a substituição gradual do trabalho humano pela automação (o capital tem investimento maciço em serviços e bens sofisticados para ampliação dos lucros aumentando o consumo sem aumentar os consumidores, permitindo, assim, também, a geração do desemprego, o que pode parecer incompatível).

5 - Com o enfraquecimento dos sindicatos, a diminuição dos salários em determinada área de produção. (Os salários perdem seu valor real com uma inflação controlada, que permita a sua diminuição sem afetar o setor produtivo, em outras palavras, inflação existente, mas sob controle).

6 - Com o enfraquecimento dos sindicatos, a diminuição dos direitos sociais, especialmente os direitos constitucionais do trabalhador, o que significa um retorno a características da terceira fase evolutiva do Estado.

Nas economias periféricas, onde o Estado Social é muito mais frágil, este processo ocorre com maior velocidade e profundidade, trazendo um novo e importante dado neste processo: o capital globalizado começa a se deslocar com enorme facilidade à procura de Estados que lhe ofereçam melhores condições para expansão dos seus lucros. Ao contrário do Estado social fascista, onde o grande capital se tornou nacional para defender seus interesses, agora, o grande capital é apátrida, não tendo nenhum compromisso com o Estado nacional que se enfraquece cada vez mais diante da impossibilidade de controlar a economia e o poder econômico privado.

Este fato faz com que ocorra uma migração do investimento, principalmente da Europa, onde o Estado, por exigência de uma população informada e organizada, é ainda grande e caro para estados do terceiro mundo. Talvez, este seja um golpe fatal no Estado Social. Não podendo ignorar a globalização da economia, os governos europeus conservadores, e mesmo os de tendência social-democrata, procuram, de certa forma, estabelecer as condições exigidas pelo capital.

Recentemente, a população europeia disse não ao neoliberalismo, quando colocou no poder os socialistas e trabalhistas em grande parte dos Estados. Resta saber sobre a possibilidade de se construir uma alternativa econômica capaz de manter a segurança social com crescimento econômico e geração de emprego. Se isto não ocorrer, o que vem a seguir já foi anunciado: com a crise do Estado Social e Democrático de direito, a inviabilidade de uma solução socialista, o fim do liberalismo e a farsa da solução neoliberal, os europeus anun-

ciam o neofascismo, força parlamentar importante, hoje, na Noruega e Áustria e conquistando espaço na Alemanha, França e em quase toda Europa central e oriental.⁵

A GLOBALIZAÇÃO

O que é a globalização? Para responder a esta pergunta vamos consultar os mais recentes estudos sobre a questão.

Para Jean Luc Ferranderry a globalização é um conceito que apareceu no meio dos anos 1980 nas escolas de negócios norte-americanas e na imprensa anglo-saxã. Esta expressão designa um movimento complexo de abertura de fronteiras econômicas e de desregulamentação, que permite às atividades econômicas capitalistas estenderem seu campo de ação ao conjunto do planeta. O aparecimento de instrumentos de telecomunicação extremamente eficientes permitiu a viabilidade deste conceito, reduzindo as distâncias a nada. O fim do bloco soviético e o aparente triunfo planetário do modelo neoliberal, no início dos anos 1990, parecem dar a esta noção uma validade histórica. Na França, foi escolhido o nome mundialização para substituir globalização, que insiste, particularmente, sobre a dimensão geográfica e tentacular, sem esquecer o sentido original.⁶

Podemos então dizer que a globalização tem sua origem na literatura destinada às firmas multinacionais, designando, inicialmente, um fenômeno limitado a uma mundialização da demanda se enriquecendo com o tempo até o ponto de ser identificado atualmente a uma nova fase da economia mundial.

5 *Lei O Fascismo está voltando?* de Jacques Julliard. Ed. Vozes, 1997. Petrópolis, que aborda a queda do comunismo e a crise do capitalismo. Sobre a realidade econômica atual ler: Forrester, Viviane. *O Horror Econômico*. Editora Unesp, São Paulo, 1997 e Galbraith, John Kenneth. *A Sociedade Justa - uma perspectiva humana*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1996.

6 Ferranderry, Jean Luc. *Le pinc sur la mondialisation*. Presses Universitaires de France PUFF, Paris, 1996, p. 3.

Não há, entretanto, uniformidade na conceituação do termo podendo-se encontrar quatro significados distintos, mas semelhantes:

1 - Théodore Levitt propõe este termo para designar a convergência de mercados no mundo inteiro. Globalização e tecnologia serão os dois principais fatores que fazem as relações internacionais. Em consequência, a sociedade global opera com constância e resolução, com custos relativamente baixos, como se o mundo inteiro (ou as principais regiões) constituísse uma entidade única; ela vende a mesma coisa, da mesma maneira, em todos os lugares [Levitt, Theodore. "The Globalization of Markets", *Harvard Business Review*. Harvard, Maio-Junho, 1983]. Neste sentido, a globalização dos mercados se opõe à visão anterior de um ciclo de produção que consistia na venda aos países menos avançados os produtos que ficaram obsoletos nos países mais ricos. O termo se aplica mais à gestão das multinacionais e diz respeito exclusivamente às trocas internacionais.⁷

2 - Em 1990, esta noção é estendida por Kenichi Ohmae ao conjunto da cadeia de criação do valor (pesquisa-desenvolvimento [P-D], engenharia, produção, mercado, serviços e finanças). Se num primeiro momento uma firma exporta a partir de sua base nacional, ela estabelece, em seguida, serviços de vendas no estrangeiro, depois produzidos na localidade e ulteriormente ainda estabelece uma medida completa da cadeia de valor na sua filial. Este processo converge em direção a uma quinta etapa: a integração global, uma vez que as firmas que pertencem a um mesmo grupo conduzem o seu P-D, financiam seus investimentos e recrutam pessoal em escala mundial. Desta forma, globalização designa ainda uma

forma de gestão, totalmente integrada em escala mundial da grande firma multinacional.⁸

3 - Desde que estas multinacionais representam uma fração importante da produção mundial, os diversos espaços nacionais se encontram obrigados a se ajustarem às suas exigências pelo fato da extrema mobilidade que elas se beneficiam hoje (comércio, investimento, finanças e P-D). Desta forma, a globalização significa, então, o processo através do qual as empresas, as mais internacionalizadas, tentam redefinir a seu proveito as regras do jogo antes impostas pelos Estados-Nação. Nesta conceituação, deixamos o domínio da gestão interna das firmas para abordarmos a questão da arquitetura do sistema internacional. Passamos da micro para a macro economia, das regras da boa gestão da economia privada para o estabelecimento de políticas econômicas e a construção ou redefinição das instituições nacionais. Esta noção evoca muito mais o processo em curso do que um estado final do regime internacional que substituirá aquele de Bretton-Woods. Constantemente, alguns sublinham o caráter irreversível das tendências em curso frente à impotência das políticas tradicionais dos governos diante das estratégias das grandes firmas.

4 - Finalmente, a globalização pode significar uma nova configuração que marca a ruptura em relação às etapas precedentes da economia internacional. Antes a economia era internacional, pois sua evolução era determinada pela interação de processos operacionais essencialmente no nível dos Estados-Nação. No período contemporâneo, vemos emergir uma economia globalizada na qual as economias nacionais serão decompostas e posteriormente rearticuladas no seio de

8 Ohmae, Kenichi. *L'entreprise sans frontière: nouveaux impératifs stratégiques*, Inter. Éditions, Paris, 1991 (trad. De: *The Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy*, Fontana, Londres, 1990). OHMAE, Kenichi, *Triad Power*, The free press, New York, 1985. OHMAE, Kenichi. *De l'État Nation aux États Régions*, Dunod, Paris, 1996 (trad. de: *The end of the Nation State*, The free press, New York, 1995). Mondialisation au-delà des Mythes, *ib.*, *cit.*, p. 15.

um sistema de transações e de processos que operam diretamente no nível internacional. Essa definição é a mais geral e sistemática. De uma parte, os Estados-Nação, e, por consequência os governos nacionais, perdem toda a capacidade de influenciar as evoluções econômicas nacionais, ao ponto de as instituições centralizadas herdadas do pós-guerra deverem ceder lugar a entidades regionais ou urbanas, ponto de apoio necessário da rede tecida pelas multinacionais. De outro lado, os territórios submetidos a este novo modelo ficam fortemente interdependentes a ponto de manifestar evoluções sincronizadas, por vezes idênticas mas, em todo caso, em via de homogeneização. Adeus, portanto, ao compromisso político nacional e à noção de conjuntura local.

ALTERNATIVA

Adeus ao compromisso nacional e à noção de conjuntura local?

Olivier Dolfus afirma:

"A mundialização não suprimiu as atividades locais, de proximidade: como aquelas do cabeleireiro ou da escola maternal. Alguns processos locais não têm influência e seus efeitos sobre o lugar se apagam rápido (a fumaça de uma chaminé). Mais adicionados na escala global, produzem fenômenos de uma natureza diversa que intervêm em níveis espaciais e temporais, sem uma medida comum com os fluxos modestos originais. Desta forma, nada será mais falso que pensar que do local ao global, os fenômenos se repetem um dentro do outro como as bonecas russas. Praticamente, a cada nível, eles mudam de valor, senão de

natureza ou de sentido: alguns se somam, outros se multiplicam e outros se anulam".⁹

Por tudo que estudamos até aqui percebemos que permanece uma grande interrogação: para onde ir? O neoliberalismo não é capaz de responder às necessidades de trabalho e bem-estar social da população mundial, o socialismo real está ameaçado de desaparecimento, assim como, há muito, o liberalismo clássico morreu para não mais voltar, e o Estado Social está em crise de difícil solução, pois mergulhado num mundo globalizado. Para onde ir?

A resposta está na construção da sexta fase de evolução do Estado, uma alternativa de uma democracia participativa que deve ser construída em nível local, na cidade, espaço da cidadania, encontrando um novo papel para o Estado e para a Constituição.¹⁰

Todos os três tipos de estados que estudamos aqui, nas suas variadas formas e nas distintas fases de evolução, têm um ponto fundamental em comum: todos estabelecem na Constituição um modelo de sociedade e de economia. Seja o modelo liberal, cuja regra básica é a não-intervenção do domínio econômico numa sociedade que tem como valor principal o individualismo e a propriedade privada, seja no Estado Socialista que tem Constituições que estabelecem uma economia e uma sociedade socialista, com fundamentos e valores coletivos, até o Estado Social, modelo de Constituição eclética na qual convivem lado a lado os princípios dos tipos de Estados ortodoxos socialista e liberal, inviatavelmente as Constituições, a partir do século XVIII, estabelecem

9 Dolfus, Olivier, "La mondialisation". Presses de Sciences Po, Paris, 1997. La bibliothèque du Citoyen, p. 145.

10 Sobre o assunto ler: Quadros de Magalhães, José Luiz. Poder Municipal: paradigmas para o Estado Constitucional brasileiro, Editora Del Rei, Belo Horizonte, 1997.

um modelo de Estado, sociedade e economia que deve ser obrigatoriamente seguido por todos os cidadãos. Os que não seguem o modelo posto são os excluídos, os miseráveis, os loucos e os presos, marginais do sistema.

O papel do Direito da Constituição é o de estabelecer as margens, os limites desta sociedade e, embora estes limites sejam cada vez mais largos, eles continuam a existir, como requisito e mesmo, razão de ser do Estado.

Desta forma, o Estado tem como finalidade importante a função de reagir e conservar. Conservar o modelo de sociedade e reagir com sua força a qualquer tentativa de mudança fora das permitidas pelo modelo posto. Mesmo com o atual enfraquecimento do Estado nacional, este ainda é importante dentro do sistema globalizado para reagir a qualquer tentativa de mudança fora dos limites estabelecidos, agora, pelo grande capital globalizado, conservando, desta forma, o modelo existente e seus interesses e sistema de privilégios.

No lugar deste Estado reacionário, nas suas formas liberal, socialista, social-liberal, social-fascista e neoliberal devemos propor um Estado democrático onde a Constituição nacional garanta os processos democráticos de constante mudança da sociedade, com respeito aos direitos humanos universais não-culturais, deixando que cada município estabeleça, na sua constituição, de forma livre e democrática, o seu próprio modelo de sociedade, de economia, de repartição de riquezas, e de convívio social, desde que respeitados os processos democráticos da Constituição nacional e que sejam respeitados os princípios universais de direitos humanos.

O caminho em direção ao novo poder das cidades, o poder local, hoje é sentido de maneira inequívoca em todo o mundo. Os mecanismos, princípios, modificações estruturais na administração municipal são estudados no nosso livro *Poder Municipal: paradigmas para o Estado Constitucional brasileiro*, para o qual remetemos o leitor para compreensão da alternativa democrática proposta.

Neste nº 25 dos Cadernos de Educação Popular, a Nova assume a responsabilidade de trazer ao conhecimento de seus leitores as exposições apresentadas por divers@s especialistas sobre o tema "O Catador e o Mundo do Trabalho", durante o I Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, realizado em Belo Horizonte.

Junto com o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, do qual a Nova faz parte, consideramos pertinente e muito significativa a presente publicação dadas a qualidade do material produzido e a centralidade da questão do trabalho no mundo contemporâneo.